

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO,
TERRITÓRIO E



DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Presidente

Luiz Carlos Ribeiro

Revisão Geral

Jéssica Lopes

Projeto Gráfico

Adriana Almeida

Capa

Karoline Veloso Ribeiro

Conselho Editorial

Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)

Carla Cristina R. G. de Sena (UNESP/Ourinhos)

Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)

Denis Richter (UFG)

Eguimar Felício Chaveiro (UFG)

Lana de Souza Cavalcanti (UFG)

Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)

Míriam Aparecida Bueno (UFG)

Vanilton Camilo de Souza (UFG)

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO,
TERRITÓRIO E
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**



PORTO NACIONAL/TO | 2022

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais – OPTE
Porto Nacional – Tocantins – Brasil

Copyright © 2020 – Universidade Federal do Tocantins / Editora Alfa Comunicação
– Todos os direitos reservados www.uft.edu.br

Campus Universitário de Porto Nacional
Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/n°
Setor Jardim dos Ipês | 77500-000 | Porto Nacional – TO

Membros da Comissão Científica

Prof. Dr. Artur de Souza Moret (UNIR)
Prof. Dr. Ricardo J. A. F. Gonçalves (UEG)
Prof. Dr. Fernando Uhlmann (IFGoiano)
Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Prof. Dr. Rainer Randolph (UFRJ)
Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (UFU)
Prof. Dr. Douglas Santos (UFGD)
Prof. Dr. Júlio César Borges (UEG)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

E82

CDU: 908(812.2)



SUMÁRIO

Apresentação – Os projetos levam ao recomeço	6
--	---

EDUCAÇÃO

1	Educação: “o” caminho para o desenvolvimento?	13
2	A Educação como suporte ao desenvolvimento regional . .	16
3	A Educação no contexto dos parques econômico-ambientais	20
4	A Cultura é irmã gêmea da Educação	23
5	Militarização do ensino: perda para a educação e para a segurança pública	27
6	Financiamento é o primeiro desafio para a Educação.	32
7	Novos paradigmas de Educação	35
8	A sala de aula como contingência.	38

TERRITÓRIO

9	Negros no Brasil e marginalidade social	50
10	Mulheres chefes de estado e seus alinhamentos políticos. .	58
11	Palmas: ex-secretárias se apresentam para a Câmara Municipal em 2020	64
12	Queimadas em 2019: nada de normal	69
13	O salão do livro voltou!	76

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

14	Planejamento: de gestão e desenvolvimento territorial.	80
15	Para fomentar o desenvolvimento do Tocantins	83
16	Novos sentidos para a UFT	86
17	Ocupação “capadócia”: a outra face de Palmas.	90
18	Nunca se planejou o desenvolvimento do território no Tocantins”	93
19	Palmas 30 anos: entrevista especial com o professor Adão Francisco de Oliveira	96

APRESENTAÇÃO

OS PROJETOS LEVAM AO RECOMEÇO



*Entrevista concedida ao jornalista
Maria do Carmo Ribeiro do Jornal Brasil
Popular e publicada no dia 16/08/2020.
Com adaptações.*

C&A Alfa

Como surgiu a ideia de escrever um livro com essa temática: Educação, Território e Desenvolvimento Regional?

Esse livro é uma demanda minha reprimida sobre mim mesmo. Na verdade, esse é um projeto pronto e maduro desde 2016 e que, no entanto, eu não consegui executar porque vivi um estágio depressivo entre esse ano e 2019. Ou seja, mesmo eu contando com todos os recursos para a publicação, eu não consegui colocar em prática, pois a depressão sempre acabou falando mais forte. Mas é necessário se fazer uma explicação disso tudo.

Eu sou um hiperativo que, para viver, necessito de abrir e tocar sempre vários projetos. Isso me motiva, me orienta, me organiza e me direciona. Acontece que eu sempre dependi de mim mesmo para a realização de meus projetos, contando vez ou outra com a ajuda de algum amigo ou de algum orientando. Porém, quando eu assumi a Seduc-TO, eu pude contar, na implementação da política de Educação Integral, com toda uma estrutura administrativa e burocrática para isso e, é claro, isso me deixou encantado e confortável (risos). Eram técnicos educacionais, assessoria jurídica, orçamentária, de comunicação e de gabinete suportando o projeto de Educação Integral com todos os seus matizes. Então, durante aquele período as coisas aconteceram com base nessa prerrogativa.

Quando eu deixei a secretaria e voltei para a universidade, voltei também para o meu mundo solitário de execução de projetos. Eu não tenho o menor receio em dizer que isso foi um grande impacto! Contudo, voltei empolgado, lancei uma nova disciplina no Mestrado em Geografia da UFT/Porto Nacional, cujo título é *Educação, Território e Desenvolvimento Regional* e, imediatamente, projetei lançar 5 livros: 1. Dinâmicas Regionais do Tocantins; 2. Palmas: a produção do espaço da jovem capital; 3. Índice de Desigualdade Socioeducacional: mapeamento das fragilidades do processo de escolarização; 4. Formação Humana para a Vida: a Educação Integral em pauta; e 5. Heterotopia, Democracia e Gestão Urbana (minha tese de doutorado). A organização desse material e a viabilização dos meios para o seu lançamento se tornaram a minha energia vital naquele momento. Porém, o choque da nova (velha) realidade e as tensões normais da gestão de um órgão da dimensão de uma Seduc (que se tornaram durante 3 anos fantasmas para mim), me provocaram o estágio depressivo. Daí eu não consegui avançar com os livros...

No entanto, tudo passa e em 2019 eu fui dominando o vazio, superando os fantasmas, me resituando em meu universo e recontraindo os meus projetos. Isso me permitiu que eu me organizasse para sair para o pós-doutorado em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG) e recolocasse os projetos da publicação em pauta. Contudo, com a necessária atualização dos temas, dado o tempo passado de seu lançamento. Me aproveitei para isso de um seminário internacional que organizei juntamente com outros professores e alunos em 2017 no nosso Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT de Porto Nacional, chamado *Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado – Madreplac*.

Enfim, a publicação que está saindo foi reorganizada no contexto da minha disciplina do mestrado e deste seminário e surge como uma série chamada “Coleção Madreplac – Educação, Território e Desenvolvimento Regional”. Esta série tem 3 volumes: 1. Dinâmicas Regionais do Tocantins; 2. As Cidades na Amazônia Legal Brasileira; e 3. Educação, Território e Desenvolvimento (um

volume homônimo à série). Os dois primeiros eu sou o organizador e eles são constituídos por artigos diferentes de vários intelectuais do Tocantins, de Goiás e do Maranhão. Já o terceiro é autoral e é fruto de vários artigos publicados em portais de notícias e jornais sobre pautas correlatas.

Você já escreveu outros livros, vários artigos e tem uma gama de outras habilidades, é um escritor, um profissional de renome até internacional, um pesquisador, enfim, um currículo construído através de resultados muito eficazes. Como você define mais esse relevante projeto na sua vida?

Diante desse contexto difícil relatado acima, eu me sinto muito feliz e leve por concluir esse projeto. É claro que ao longo desse tempo eu não fiquei na inércia. De 2016 pra cá eu coordenei 8 projetos de pesquisa; publiquei 24 artigos em revistas científicas; 11 capítulos de livros; 26 artigos em eventos científicos; 19 artigos em jornais de notícias; orientei 11 dissertações de mestrado e publiquei 3 livros, dentre outras coisas. Então, eu não fiquei parado.

Mas fiquei de 2010 a 2020 sem publicar livros; 10 anos! Por isso, há um gosto especial em contribuir com os leitores de nosso país permitindo mais 3 importantes obras: uma sobre o Tocantins, outra sobre a região Norte/Amazônia Legal e outras sobre a Educação em geral. Com certeza, todas elas terão um grande impacto na compreensão dos fenômenos de que tratam.

Quando você está escrevendo, que elementos utiliza para prender a atenção dos leitores?

A novidade! Por mais que os temas e os objetos analisados sejam conhecidos, gosto de abordagens novas e de analisar sistemática e criticamente aquilo que trato. No caso das obras organizadas é a mesma coisa: essa dinâmica se aplica não só aos artigos que eu assino, mas também aos dos demais intelectuais.

Por outro lado, julgo ser muito importante atualizar o leitor. Isso é algo que gera o seu interesse. Portanto, a análise de conjuntura é sempre um recurso metodológico do qual utilizo.

Até o momento, qual a sua avaliação sobre o que você já definiu em relação ao livro? Qual é a previsão de publicação desse livro?

A Coleção Madreplac – Educação, Território e Desenvolvimento Regional será lançada nos próximos meses. Em setembro (2020) o primeiro volume e os demais na sequência, que eu pretendo que seja imedita¹. Nesse primeiro volume, que trata das Dinâmicas Territoriais do Tocantins, teremos 10 artigos, que tratam de questões demográficas, hídricas, econômicas, rurais, eleitorais, ambientais e de políticas públicas.

Eu garanto ao leitor e ao estudioso sobre o Tocantins que ele já pode soltar a ansiedade e deixá-la o dominar!

Você é um profissional de qualidade histórica no meio docente, isso é fato. Um ser humano com história e histórico, mas nunca é tarde para ensinar, tampouco para aprender, sobretudo com algo tão relevante como é a função de escrever, se apropriar de ideias e palavras. Neste projeto, o que você mais aprendeu?

Essa é uma boa pergunta! Eu creio que, talvez, tenha sido lidar com a angústia. Pessoas hiperativas sempre atuam com várias frentes ao mesmo tempo e é comum alguns projetos empolgantes no princípio se transformarem em decepções no futuro, fazendo com que a pessoa até mesmo os abandone sem os concluir. Isso já me ocorreu várias vezes. Mas esse não é o caso dessas obras. Eu nunca as abandonei; fiquei mesmo amarrado na indisposição psíquica da depressão, que gera alheamento, desconcentração, distração. Assim, eu abria o

1 Somente agora, em fevereiro de 2022, estou tendo a condição de finalizar esse projeto, lançando os dois outros livros da série. Cabe ressaltar que nessa trajetória houve uma inversão de ordem: o volume 2, *Cidades na Amazônia Legal Brasileira* foi lançado antes que o volume 1, *Dinâmicas Regionais do Tocantins*, que sai agora nesse movimento. Associados a esses dois então programas estão sendo publicados também: i) *Perspectivas Geográficas para o Desenvolvimento Regional*; e ii) *Geopoemas e outros sentimentos*.

meu computador e via toda a possibilidade diante de mim, mas ao mesmo tempo não conseguia organização o suficiente para destravar o processo.

Então, a angústia me consumia diante do tempo que passava... E eu fui cobrado por isso; pessoas próximas que sabiam do contexto e que tentavam me acordar, me despertar, me impulsionar. Certamente, isso também me ajudou. O fato é que teremos os livros! Talvez não os 5 que compunham o projeto inicial, mas esses 5 redesenhados no tempo. Os demais dependerão de uma nova articulação editorial.

É importante ressaltar que essa séria será lançada inicialmente no formato e-book pelo OPTE – Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais da UFT, que eu coordeno, e totalmente grátis! Todos que tiverem o interesse terão acesso à obra, que será gerada em PDF. Penso que do ponto de vista do atrativo, não haveria notícia melhor. Posteriormente, faremos tiragens impressas dos 3 volumes dessa coleção.

Que mensagem você deixa aqui para os leitores e as leitoras?

Primeiro: leiam livros! Segundo: leiam os meus livros! O conhecimento acumulado mediante a leitura possui um valor incalculável e é o motor de grandes e profundas transformações na vida pessoal e social. Mas cuidado! Em época de “fake news”, de tantas notícias falsas veiculadas muito facilmente por vários veículos de comunicação, é preciso saber também ser cuidado com o que se lerá. De minha parte, garanto que os livros que organizo ou assino contêm um conteúdo absolutamente isento, científico e original.

À leitura!

EDUCAÇÃO

1

EDUCAÇÃO

"O" caminho para
o desenvolvimento?



*Artigo publicado em O Jornal,
no dia 06/05/2018.*

Estamos tão acostumados com o discurso corrente de que “só pode haver desenvolvimento através da Educação”, que a resposta que darei agora para a pergunta do título pode parecer muito estranha, especialmente vinda de um educador que já foi secretário de Educação. A resposta é: a Educação é o caminho, “vírgula”. Isso significa dizer que o processo de escolarização é um dos componentes para que haja o desenvolvimento regional, mas nunca o único responsável. Atribuir o fardo da exclusividade à Educação é distrair a sociedade do que de fato pode garantir a superação das desigualdades e o estabelecimento de índices positivos de qualidade de vida nos contextos regionais.

Sem sombra de dúvida, o investimento em Educação é muito importante. Afinal, qual é o principal objetivo revelado, em regra, para o processo de escolarização? Formar crianças e jovens sempre mais inteligentes, aptos a responderem aos desafios de sua época. Se se incrementa a esse objetivo o desenvolvimento de habilidades que permitam a essas crianças e jovens darem as devidas respostas de seu tempo numa perspectiva sustentável, recuperando e preservando os recursos naturais e dando sobrevida ao planeta terra, melhor ainda será o processo. Para isso, os investimentos são fundamentais.

Teoricamente, o percentual definido constitucionalmente no Brasil para que a união, os estados e os municípios invistam em Edu-

cação é significativo: 25% de seus orçamentos. Porém, o orçamento se constitui sobre arrecadação e previsão de arrecadação, além de constituir uma receita que pode ser duramente afetada pelo conjunto das despesas. É o que acontece hoje no Estado do Tocantins, por exemplo. De todo modo, a aplicação séria, justa, criativa e bem planejada desses recursos já garante uma base bastante sólida para que as nossas crianças e os nossos jovens sejam pessoas sempre melhor formadas.

Acontece que a Educação, por si só, não é capaz de garantir a superação das desigualdades sócio-territoriais e o necessário desenvolvimento regional enquanto demandas coletivas. Se o governo não realiza um planejamento integrado que associe às políticas educacionais uma política de trabalho, emprego e renda; uma política de assistência social às famílias de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social; uma política de cultura e lazer que complemente o seu processo formativo com diversão e arte; uma política de ciência e tecnologia que apresente os fundamentos de soluções tecnológicas de base territorial; enfim, uma política de desenvolvimento local/regional que sistematize as possibilidades para o desenvolvimento a partir das potencialidades territoriais, de nada terá valido SOCIALMENTE a boa experiência escolar.

Não obstante, para as individualidades tudo isso é muito importante. Um jovem bem formado, crítico-criativo, é capaz de se arranjar em qualquer lugar que lhe ofereça oportunidade. Se ele for desapegado do vínculo orgânico com o seu espaço de criação, tanto mais fácil. Só que isso, obviamente, não colabora para que haja nesse lugar e nessa região o desenvolvimento que se espera, e sim, a sua decadência, com o intenso processo de migração dos jovens. Por isso, é fundamental que associada à política educacional, haja sempre o suporte de outras tantas políticas. Ao conjunto dessas políticas que se associam através de um planejamento integrado e estratégico se dá o nome de políticas territoriais e é a sua operação a grande responsável para que o desenvolvimento incida sobre o território.

2

A EDUCAÇÃO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



*Artigo publicado no portal Gazeta
do Cerrado, no dia 29/04/2019.*

C&A Alfa

No dia 28 de abril comemoramos o *dia internacional da Educação*, data instituída no ano de 2000 na finalização dos trabalhos do Fórum Mundial de Educação, encontro que ocorreu na cidade de Dakar, no Senegal, África, reunindo mais de 180 países para pensar uma agenda mínima necessária para a Educação no século XXI. Quase duas décadas passadas, eu tenho a oportunidade de finalizar uma disciplina do Mestrado em Geografia da UFT do campus de Porto Nacional na véspera dessa data, realizando com os meus alunos uma aula campo no município de Natividade, Estado do Tocantins.

Trata-se da disciplina *Educação, Território e Desenvolvimento Regional*, organizada por mim no ano de 2016 e ministrada pela primeira vez no segundo semestre desse mesmo ano, logo após eu ter deixado o cargo de Secretário da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. Pretendi nessa discussão apresentar uma reflexão teórica profunda sobre o significado do processo de escolarização, a partir dos condicionantes históricos, sociológicos, materiais e empíricos que têm marcado a sua trajetória, revelando as suas contradições, potencialidades e fragilidades.

Feito isso, a ideia é relacionar a experiência de Educação que se tem no território com as possibilidades para o desenvolvimento regional, mas não um desenvolvimento regional “de cima pra baixo”, a partir de isenções fiscais milionárias por parte do Estado para

grandes empresas e corporações econômicas. O desenvolvimento regional que pensamos é “de baixo pra cima”, com o Estado fomentando a Economia Popular e Solidária e a Economia Criativa, através da organização de cooperativas e associações de trabalhadores locais para lidar com atividades produtivas que destaquem as riquezas da terra, como o artesanato, a especiaria, o alimento exótico, o turismo ambiental ou patrimonial.

Faço essa discussão tendo um foco de preocupação: o Estado do Tocantins e a região Norte/Amazônica. O nosso Estado é um território de riquezas incomensuráveis e muito pouco exploradas por nossa gente. Temos uma diversidade social marcada principalmente pela presença de comunidades e povos tradicionais, com tradições, costumes e rituais de amplo valor antropológico. Seus saberes e usos das plantas e da terra produzem cura para doenças e robustez nutricional para os corpos. Ladainhas, cantos e crenças se articulam com o trabalho e com saberes que marcam os rituais da colheita do Capim Dourado, no Jalapão; da quebra do coco Babaçu, no Bico do Papagaio; da fabricação das bonecas Ritxoko, do povo Karajá da Ilha do Bananal; da dança da súcia, nas comunidades quilombolas da região Sudeste. E os exemplos continuam para cada microrregião do Estado, todas repletas de riquezas que se encontram quase dormentes.

Em torno dessas atividades é possível se organizar a indústria primária, otimizando os substratos dos produtos naturais; o artesanato com identidade geográfica para exportação; o turismo histórico, antropológico e ambiental, com estímulo a toda a cadeia produtiva: guias, restaurantes, hotéis, etc. Importa destacar duas coisas dessa experiência que advogamos aqui: 1º) o fomento do Estado a atividades da Economia Popular, Solidária e Criativa é muito mais barato do que o fomento a atividades de grande impacto econômico, além de ser ambientalmente sustentável; 2º) ao gerar emprego e renda às famílias destituídas do trabalho e dispersas pelos rincões do Tocantins, o Estado estimula o consumo e a circulação de riquezas, dinamiza o comércio de base local/regional e fortalece os próprios cofres pela consequente arrecadação fiscal.

Duas advertências precisam ser feitas. Primeiro, é fundamental que haja um planejamento integrado entre as pastas do Estado, definindo responsabilidades compartilhadas para melhor aplicar os recursos, e que o Estado envolva a sociedade civil local organizada e as prefeituras na organização das ações. Segundo – e aí chegamos no cerne da questão – *a Educação colabora com esse projeto de desenvolvimento regional de três formas*: i) ensinando às crianças e jovens sobre o Estado do Tocantins (História, Geografia, Biologia, Literatura e Artes); ii) reordenando a formação técnico-profissional do Ensino Médio com cursos baseados nas riquezas locais/regionais que se encontram dormentes; e iii) permitindo a essas crianças e jovens serem mais inteligentes a partir de uma formação humana integral.

Foi com base nessas preocupações que no último sábado, 27 de abril, véspera do Dia Internacional da Educação, eu e meus alunos fizemos uma aula campo no município de Natividade – TO. Verificamos *in locu* e pela via empírica o potencial daquela cidade, que reflete em certa medida as características das demais 18 cidades da região Sudeste do Estado. Concluímos os nossos estudos entendendo que os agentes públicos do Executivo Estadual têm a prerrogativa de elaborar os projetos que permitirão o desenvolvimento das 8 microrregiões geográficas do Tocantins e que os mesmos devem, além de estimular a participação social por meio do associativismo, articular as prefeituras na execução dos projetos e capitanear os recursos junto ao Governo Federal e demais organismos de fomento.

E nós, universidade, estamos à disposição como parceiro científico, cedendo ao Tocantins todo o conhecimento que for necessário para melhorar a vida do nosso povo. Viva a nossa Educação!

3

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS PARQUES ECONÔMICO-AMBIENTAIS



*Artigo publicado no Jornal do Tocantins,
no dia 25/03/2015.*

C&A Alfa

A pesar de não gozar dos melhores indicadores sociais, econômicos e culturais no ranking das unidades federativas brasileiras, o Estado do Tocantins é, contraditoriamente, um território significativamente rico do ponto de vista do seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico-ambiental. São cidades históricas, serras e chapadas, cachoeiras, rios e lagoas, plantações e terras férteis, biodiversidade do Cerrado e da Floresta Amazônica no contexto do ecótono, tradições, festejos e temporadas. Várias situações coadunam para que o seu povo desenvolva atividades produtivas baseadas nas potencialidades ambientais e turísticas. Contudo, historicamente tem faltado a sensibilização para que se perceba as possibilidades ao redor, a formação técnica para a organização produtiva e os investimentos públicos necessários para o seu fomento.

A partir das oito microrregiões homogêneas identificadas pelo IBGE, as políticas públicas no Tocantins encontram um guia preciso para a orientação de seu planejamento integrado e estratégico, articulador de áreas afins e otimizador dos recursos que são, em regra, escassos. Para tanto, um importante instrumento nessa articulação é a proposta de programa de Desenvolvimento Regional intitulado “Parques Econômico-Ambientais”. Organizado no tripé MEIO AMBIENTE – TURISMO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, que são as áreas políticas que melhor retratam a força endógena para um desenvolvimento de baixo para cima, pautado na economia local

VERSÃO PARA REVISÃO DO AUTOR

e popular e na organização social, as demais áreas políticas orbitam ao seu redor. Esse movimento gera uma sinergia de políticas públicas focadas na produção de alternativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico e cultural a partir dos contextos regionais do Estado.

No caso da Educação como política pública na órbita daquele tripé, o que estamos propondo é a implementação da Educação Integral e Humanizada. Acreditamos que a escola, ainda no seu modelo tradicional de organização e desigual no seu processo sócio educacional, tem falhado inclusive no único foco de sua atuação: o desenvolvimento intelectual-cognitivo dos seres em formação. Assim, a nossa política educacional visa valorizar o ser humano no processo de escolarização permitindo-lhe a incorporação e/ou potencialização de outras dimensões formativas, quais sejam: a lúdico-artística, a emocional-afetiva, a físico-motora, a profissional-laborativa e a científico-acadêmica. Isso será possível mediante um processo de ressignificação curricular, no qual poderemos incorporar ao currículo novas áreas de conhecimento, redimensionar o tempo e o espaço da escola e despertar os educandos para as manifestações artísticas, para o desporto olímpico, para a pesquisa científica e para o trabalho organizado com base nas características regionais.

Nesse último caso, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional deverá oferecer cursos técnicos que qualifiquem as pessoas a se organizarem nas regiões do Estado, sendo que algumas possibilidades são: a Agroecologia, a Agroindustrialização, a Mineração, a Hotelaria e Turismo e a Gestão de Arranjos Produtivos Locais. Assim, a Educação cumpre o seu papel no desenvolvimento socioeconômico e cultural do Tocantins. Sigamos juntos; pra frente!

4

A CULTURA É IRMÃ GÊMEA DA EDUCAÇÃO



*Artigo publicado no portal Gazeta
do Cerrado, no dia 25/03/2015.*

O Brasil inicia essa semana com um foco todo especial e tenso sobre a Educação Básica e os parâmetros de seu financiamento. Isso porque a lei que institui o dispositivo de sua manutenção, o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, está vencida e caso não seja votada novamente, será extinta. Por isso, ela necessita urgentemente ser colocada em pauta mediante a sua atualização, feita no Congresso Nacional sob a relatoria da deputada federal Professora Dorinha, do DEM-TO.

O Fundeb é responsável pelo desenvolvimento da Educação no Brasil, financiando o processo de escolarização da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Pela proposta da relatoria a ser votada hoje no Congresso Nacional, destacam-se: tornar a lei permanente, sem necessidade de revisões temporais; o aumento da contribuição da União, que passaria de 10 para 20% até 2026; o aumento do percentual para pagamento dos profissionais da Educação de 60 para 70%; a vinculação de 75% dos royalties da mineração à Educação; e a vinculação do aumento dos recursos nas redes de Educação ao nível socioeconômico dos educandos, visando à correção das desigualdades.

Sem desconsiderar o mérito e a importância do projeto apresentado pela deputada Professora Dorinha, imprescindível para que definamos um marco positivo para o desenvolvimento educacional

do país, o que chamou bastante a atenção neste final de semana foi o chamado nacional para a votação que acontece hoje, realizado por vários artistas famosos das telenovelas, do cinema e da dramaturgia nacional. Mas por que esse chamado não foi feito pelos grandes nomes da Educação do país? Certamente, pelo fato da maior popularidade desses artistas em relação aos acadêmicos, alcançando mais amplamente os estratos sociais e, com isso, exercendo maior pressão sobre os parlamentares federais. Contudo, o que é interessante nessa história é a sensibilidade dos artistas em prestar a sua contribuição a esta mobilização, num ato de evidente compromisso e vinculação à Educação.

Sem dúvida, o artista (dos vários campos de atuação artística) com fina sensibilidade reconhece que não é possível apartar a Educação da Cultura. A sua atuação envolve graus distintos de comunicação, com mensagens explícitas e tácitas, o que recobre de encanto a sua arte. Assim, para melhor se comunicar com o público, cativá-lo e ampliá-lo, a Cultura, de um modo geral, recobra uma melhor formação escolar da sociedade. Por sua vez, para alcançar a sua finalidade, que é a formação de pessoas cultas e inteligentes, a Educação demanda várias metodologias e linguagens distintas, sendo que a Cultura se constitui num campo privilegiado de apoio.

Por isso, é perfeitamente legítimo dizer que a Cultura é irmã gêmea da Educação. Ambas são faces de uma mesma moeda: aquela que capitaliza as pessoas a um padrão de vida mais digno, autônomo, libertário e comprometido com o desenvolvimento geral de todas as pessoas e da sociedade. Se esse ser culto e inteligente é o projeto social, então a Educação precisará da Cultura, da Ciência, do Desporto e do Trabalho para produzi-lo. Se esses demais campos também são irmãos da Educação, nenhum é gêmeo como a Cultura.

Nesse sentido, me causa muita estranheza o desmonte que tem sido feito na Secretaria de Educação do Tocantins, a Seduc, da Gerência de Cultura e de todo o setor que, há anos, tem sido uma das principais responsáveis pela construção de uma Educação mais assertiva e integral. Essa gerência alojou a coordenação de vários dos mais importantes projetos culturais desenvolvidos no Estado a partir da Educação, garantindo às escolas que alojam os mesmos mais vida e sentido

de ser e tornando o ensino algo mais agradável e encantador. Uma das grandes ferramentas criadas por esta gerência para a mobilização e o incentivo foi a **Trupe da Cultura**, constituída por professores-artistas e de inestimável valor para a Educação do Estado.

Fico na expectativa de que esse fato seja sucedido pela construção de um espaço mais robusto e completo para permitir que essas duas irmãs, Educação e Cultura, se satisfaçam e se realizem enquanto projetos sociais de uma sociedade mais desenvolvida.



5

MILITARIZAÇÃO DO ENSINO

Perda para a educação
e para a segurança pública



*Artigo publicado no portal T1 Notícias,
no dia 18/05/2018.*

Nas últimas duas décadas um fenômeno tem se intensificado no Brasil: a militarização do ensino. Por todo o país redes públicas de Educação têm repassado a militares a gestão de escolas e a coordenação de processos pedagógicos. Só para se ter uma ideia, das 1.050 escolas estaduais de Goiás, 71 são, por lei, militarizadas, o que corresponde a 6,7% do total de escolas. Já no Tocantins, das 530 escolas estaduais existentes, 8 já são militarizadas, sendo que 6 foram criadas somente nos últimos dois anos.

Há dois grandes argumentos para se iniciar um processo de militarização de escolas: o da melhoria da qualidade do ensino e o da construção de uma sociedade mais segura num futuro próximo, pela formação de pessoas com espírito cívico. Porém, a realidade tem escancaradamente mostrado que ambos os argumentos são falaciosos. Em que pese haver uma identificação direta entre bom desempenho escolar, especialmente medido pelo IDEB, e escolas militares, o mérito disso não pode ser atribuído diretamente ao processo de militarização do ensino.

Por regra, as escolas militares constituem o seu público de alunos mediante um processo de seleção que tem como principal critério o bom desempenho acadêmico progresso do aluno. Ou seja, para conseguir uma vaga numa escola militar, o currículo estudantil precisa ser, no mínimo, razoável, com boas notas e com boa conduta. Ora, acontece que o ato de seleção numa rede pública contraria legalmente

os princípios da isonomia e da universalização, pois retira do aluno o seu direito de escolher ou de se matricular numa escola que seja a mais próxima de sua residência, por exemplo. Por outro lado, ao selecionar notáveis, que geralmente estão relacionados com famílias de nível socioeconômico bom e muito bom, o sucesso do processo de ensino-aprendizagem é de estrita responsabilidade dos alunos, dos professores e da família, de modo que a sua reunião em qualquer outra escola (por exemplo, numa existente num contexto de periferia urbana) produziria o mesmo resultado.

O argumento apresentado aqui não tem a intenção de desqualificar os esforços despendidos pelos militares no processo de gestão de escolas. O que se pretende mostrar é que tem havido um equívoco político na história recente do país e, especialmente, de Goiás e do Tocantins, que só reforça duas mazelas que tanto intencionamos superar: as desigualdades socioeducacionais, por um lado, a partir da segregação e da discriminação de alunos que não podem usufruir de determinada escola por causa de um currículo considerado fraco; e o aumento do índice de violência e de criminalidade, por outro, pela subtração de militares operacionais para a atuação em escolas.

Não se trata de desconsiderar o poder da “ordem” e da disciplina como ferramentas pedagógicas. De fato, para determinados perfis de crianças e jovens, esses dois fatores são fundamentais para produzir a significação necessária da relação ensino-aprendizagem. Porém, por regra crianças e jovens aprendem melhor num espaço que lhes proporcione liberdade e o uso da criatividade sob a mediação pedagógica, o que se torna possível a partir de profissionais que investiram seus estudos e acreditaram na carreira que é própria do magistério. São professores habilitados para atuarem em áreas específicas do conhecimento, na orientação educacional e na supervisão. Profissionais que durante a sua formação estudaram fundamentos pedagógicos, didática de ensino, Psicologia do Ensino, legislação educacional e gestão escolar. São esses profissionais que, em regra, pela formação que lhe é própria, conseguem garantir que a escola seja esse espaço de liberdade, porém, com determinada ordem que garanta o objetivo comum

da aprendizagem e da criação para um público que é diverso e que aprende com base nessa diversidade.

Assim, teoricamente não há nada melhor do que uma equipe de professores para fazer a gestão escolar e a sua devida orientação pedagógica. Da mesma forma, nada melhor do que um militar atuando na sua função precípua, que é a Segurança Pública. Em outras palavras, poderia se dizer: escola é lugar para professor e a garantia da segurança é o papel do militar! A militarização do ensino não tem resolvido os problemas básicos da Educação, que se assentam sobre três pilares fundamentais. O primeiro, como já destacado, é a desigualdade socioeducacional, sendo que a sua superação demanda investimentos na melhoria do transporte escolar, da alimentação escolar, da infraestrutura escolar, dos espaços de leitura etc. O segundo se refere à melhoria dos indicadores de proficiência, o que só é possível a partir do momento em que os alunos de fato aprendem. Mas para que isso ocorra, é necessário, por um lado, superar a desigualdade e, por outro, investir na formação continuada de professores. Por fim, o terceiro pilar relaciona-se com essa formação continuada, especialmente na didática de ensino e com atenção particular aos professores de Português (responsáveis pela aprendizagem de leituras de textos e contextos) e de Matemática (responsáveis pela orientação ao raciocínio lógico).

Não obstante, a militarização do ensino também não tem resolvido o problema da Segurança Pública. Em Goiás, por exemplo, onde esse processo se intensificou a partir de 1999, a violência e a criminalidade só aumentaram. Nesse mesmo ano, o Estado figurava no ranking nacional de violência na 18ª posição. Já em 2017 ele apareceu na 4ª posição. Goiânia, a sua capital, foi considerada em 2014 a 23ª cidade mais violenta do mundo. De acordo com o “Monitor da Violência”, pesquisa realizada pela USP em parceria com o G1/Jornalismo da Globo, em 2018 os crimes violentos têm aumentado significativamente mês após mês em Goiás. Já com relação ao Tocantins, o portal T1 Notícias destacou em matéria de 07/06/2017 que o Estado é o terceiro do país com o maior crescimento do índice de violência, segundo o Atlas da Violência 2017, produzido pelo IPEA – Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada, da Presidência da República. Obviamente, falta efetivo policial para corresponder a tamanha demanda de combate ao crime e à violência, ao mesmo tempo em que falta ainda espírito cívico e de paz para a juventude.

Precisamos aprender com os militares o que está dando certo nas escolas em que exercem a gestão, e há muita coisa boa. Mas se há um desejo social de melhorar a Educação, esse movimento precisa ser endógeno, de dentro para fora, e não exógeno, de fora para dentro. Não é possível se fazer vistas grossas para as reais necessidades da Educação brasileira e tocantinense, como as que já foram apontadas acima. É preciso que os governos encarem de frente esse desafio, reestruturando o processo educacional com as forças que são próprias da Educação. Nesse sentido, é muito importante que a sociedade não se deixe levar pelo discurso fácil e equivocado de que a militarização do ensino é a solução aos problemas que são próprios da Educação e da Segurança Pública. É fundamental que se observe a realidade e se aprenda com ela, da mesma forma que é fundamental banir das promessas de campanha tamanha desventura social.



6

FINANCIAMENTO É O PRIMEIRO DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO



Reportagem publicada no portal Gazeta do Cerrado, no dia 14/08/2018. Adaptada.

C&A Alfa

Na sexta-feira, 10 de agosto, o pré-candidato a deputado federal, professor Adão Francisco, foi convidado a apresentar as suas propostas para o desenvolvimento da Educação aos diretores do Sintet, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins. Na companhia do pré-candidato a senador, Paulo Mourão, da pré-candidata a suplente de senador, professora Germana Pires, e da pré-candidata a deputada estadual, professora Clea, Adão Francisco pontuou todas as conquistas democráticas e republicanas no campo das políticas sociais possíveis no começo do século XXI.

Identificando tais conquistas com os governos de Lula e de Dilma Rousseff, o professor mencionou os avanços na superação da pobreza, através do Bolsa Família; na conquista da moradia própria, através do Minha Casa, Minha Vida; da geração de emprego, através do fomento à construção civil, à indústria frigorífica e à indústria petrolífera; e, por fim, da conquista do curso superior, através da triplicação dos Institutos Federais e da ampliação em 30% do número de universidades federais e de mais de 100 campi criados em todo o Brasil. Segundo Adão Francisco, “as camadas médias se estabilizaram, os pobres passaram a ter oportunidades e os ricos continuaram enriquecendo. Prova disso é que o Brasil saiu da 13ª colocação no ranking mundial do PIB, em 2003, para a 7ª em 2015. Quando a presidente Dilma Rousseff foi vítima de um impeachment infundado em abril de 2016, o Bra-

VERSÃO PARA REVISÃO DO AUTOR

sil vivia o menor índice histórico de desemprego: apenas 4%, contra os 17% que figuram hoje”.

Adão Francisco explicou que é importante fazer essa contextualização porque o desenvolvimento que houve na Educação nesse período foi decorrente da integração de todas essas políticas, que agiram no sentido de se fazer a superação das desigualdades que prevaleciam desde a fundação do país. Com o impeachment da Dilma e o início do governo Temer, houve um desmonte dessas políticas e um choque perverso na Educação, que abandonou um dos principais documentos já elaborados democraticamente no setor, o Plano Nacional da Educação, de 2014, e com ele o sentido do financiamento público da Educação, através da destinação de 10% do PIB para o setor. Soma-se a isso a privatização do Pré-Sal, que seria responsável pela destinação de 70% de seus ativos à Educação e de 30% para a Saúde.

O professor Adão destaca ainda a Reforma do Ensino Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, ambos fruto do governo Temer, como algo muito perigoso para Educação e para a autonomia das crianças e jovens em formação, pois retiram e minimizam do currículo escolar disciplinas como História, Sociologia, Filosofia e Artes, gerando inclusive o desemprego dos profissionais dessas áreas. “Nós temos o compromisso moral de lutar na Câmara dos Deputados para a revogação das reformas e dos Projetos de Emenda Constitucional que desmontam a Educação pública e contribuem para o retrocesso histórico de permitir de novo no Brasil amplas desigualdades e injustiças”.

O professor Adão Francisco é historiador, mestre em Sociologia e doutor em Geografia. É professor da UFT no campus de Porto Nacional e é ex-secretário estadual de Educação e ex-secretário estadual de Cultura. As suas pesquisas e publicações são nos campos do Planejamento Territorial e do Desenvolvimento da Educação.

7

NOVOS PARADIGMAS DE EDUCAÇÃO



*Artigo publicado no Jornal do Tocantins,
no dia 24/05/2016.*

Num de seus últimos livros publicados antes de sua morte, intitulado “A Era dos Extremos”, o historiador britânico Eric Hobsbawm analisou todo o contexto do século XX e o chamou de “o século breve”. Isso porque, segundo o autor, os episódios próprios deste século se iniciaram não na precisão cronológica do ano de 1901, mas no evento histórico do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Não obstante, este século também não terminou no ano de 2000, mas em 1991, com a derrocada da União Soviética. Assim, o século XX teria sido um momento de muitos acontecimentos, muitas transformações e mudanças e de muita intensidade, de modo que o seu fim produziu sobre a história um intenso “nevoeiro” a não permitir aos melhores analistas enxergarem as possíveis vertentes para o século XXI.

De toda essa leitura de Eric Hobsbawm me interessa aqui, fundamentalmente, o “nevoeiro”, isso porque já estamos no 16º ano do século XXI e até hoje ele não passou. O mundo vive, desde a década de 1980, uma profunda crise econômica estrutural, com breves ensaios de melhora que acontecem pontualmente, com mais destaque para nações individuais e, quando mundo, a blocos regionais de nações, como é o caso da União Européia, do Mercosul e do BRICS. Ao perturbar a ordem internacional, essa crise produz fenômenos dos quais ainda não se sabe os seus verdadeiros efeitos, como é o caso dos novos fluxos migratórios da África e da Ásia Ocidental para a Europa, assim

como ocorreu quando do fim do Império Romano e se deu origem à Idade Média. Na mesma perspectiva, governos de esquerda foram eleitos democraticamente na América Latina, ao passo que uma forte onda conservadora e fundamentalista manifestou-se recentemente no desenvolvimento da cultura política de muitos países com a democracia em expansão.

Diante de um mundo em transformação e com sentidos incertos, cabem as seguintes questões: “para onde deve ir a Educação?” e “que referências adotar para as Políticas Educacionais?”. Nesse ponto, vale ressaltar como que, a partir de novos paradigmas educacionais, alguns países têm superado a crise, debelado o nevoeiro e assumido destaque no desenvolvimento socioeconômico e tecnológico mundial. Finlândia, Canadá, Bélgica e Holanda são alguns importantes exemplos disso. Na contramão de uma Educação Básica rígida, monocrática, competitiva, desigual e orientada exclusivamente para o (mercado de) trabalho, esses países apresentam a fórmula do sucesso: uma Educação Básica flexível, de formação integral do ser humano, colaborativa, igualitária em sua oferta e nas oportunidades geradas e orientada para a vasta experiência da vida. O que esses países fizeram foi investir numa Educação Integral que traz para a experiência escolar a valorização da infância a partir de brincadeiras e não de conteúdos; o reforço da criatividade através das artes; o gosto pela escola a partir dos esportes; a pesquisa científica e a produção de tecnologias inovadoras e contextualizadas; e a dinâmica do trabalho mediante a Educação Técnico-Profissional.

Nesses países se encontram hoje as crianças e os jovens mais preparados do mundo, capazes de responder criativamente aos desafios que um mundo em transformação apresenta. Eis aí um bom modelo para o Brasil e o Tocantins seguirem.

8

A SALA DE AULA COMO CONTINGÊNCIA

"Há o sujeito e há o mundo. No enlevar dessas dimensões, a existência".

Cláudio P. Viana, 2008.

"Os pressupostos de que partimos [...] são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação".

K. MARX, 1993.

*Artigo publicado na Revista Temporis[ação],
vol. 1, nº 10, 2010, p. 1-8*

C&A Alfa

Resumo: Esse texto tem por finalidade discutir as condições em que uma aula pode ser produzida enquanto discurso, analisando as influências dos fatores de ordem objetiva e subjetiva que se articulam na sua produção. Para tanto, considera - se a aula como sendo o resultado de um saber que se conforma sob uma estrutura estruturada e também sob uma estrutura estruturante, o que a faz assumir feições que podem destoar de sua formulação teleológica, de acordo com as circunstâncias de sua manifestação. Não obstante, a aula também é considerada um discurso que situa um determinado indivíduo, sendo ambos – discurso e indivíduo – articulados numa rede de condições de produção que envolve a história, a estrutura social, a cultura, a educação, o ensino, a finalidade subjetiva, dentre outros fatores.

Palavras chave: Aula; Discurso; Produção social; Contingências.

O indivíduo e a história

Ser humano implica em satisfazer as necessidades elementares de sobrevivência de forma criativa, ou seja, implica em se relacionar com a natureza desenvolvendo a necessidade e, ao mesmo tempo, a satisfação de transformar a natureza instrumentalizando-a a seu favor. O que distingue o ser humano dos demais seres biológicos é fundamentalmente essa capacidade, manifesta nas relações sociais de trabalho. Todo animal, para satisfazer suas necessidades, precisa trabalhar, e

o faz, na maioria dos casos, estabelecendo relações sociais. Como o trabalho do ser humano é criativo (inventivo, transformador), diz-se a partir de Karl Marx (1993) que o ser humano estabelece *relações sociais de produção*.

Por esses termos se percebe que o ser humano o é no estabelecimento de relações sociais. Assim, ser humano significa estar inserido em relações sociais e ter a capacidade de produzir – trabalhar criativamente, transformar a natureza a seu favor, desenvolver a práxis (Vázquez, 1990). Tal capacidade permite ao ser humano algo que lhe é próprio e exclusivo no reino animal: fazer a história. De acordo com Heller,

“a história é a substância da sociedade. A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo – lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social” (1999, p. 2).

Nesses termos, se compreende a história não só como um produto social, mas também como portadora de uma objetividade, que ao ser humano possui a forma da estrutura social. A condição objetiva da história se dá, portanto, enquanto estrutura, ou seja, como algo exterior às vontades e às intenções subjetivas. Contudo, os sentidos assumidos pela história relacionam-se à produção teleológica, quer dizer, à definição de finalidades, que por sua vez ocorre no âmbito da subjetividade, da individualidade. Os indivíduos aspiram a fins, que relacionados diretamente às condições objetivas – forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento – resultam divergentes dos fins inicialmente colocados (id., *ibid.*, p. 1). Isso é o que se chama circunstância, que nesse texto será compreendido por *contingência*.

A contingência é, pois, fruto da relação entre causalidade e finalidade, entre objetividade e subjetividade, entre a substância (história) e o indivíduo. Para Viana:

Dessa relação urge o sentimento de vitalidade: o sujeito é vida; é existência encravada num mundo de significados. Ao significar o mundo que dialeticamente o envolve, o sujeito expressa valores, inculcando-os,

produzindo-os, reproduzindo-os, questionando-os, transformando-os. Impregna o mundo com sua subjetividade, humanizando-o, na mesma medida em que se repleta de um poder de significação a partir da relação com esse mesmo mundo que se lhe manifesta e lhe toma por inteiro. O sujeito humaniza o mundo e por ele é “mundanizado” (VIANA, 2008, p. 10).

O que se percebe é que o indivíduo age (acordado aqui com a mais pura compreensão weberiana de ação social – Weber, 1984) num mundo que lhe é e lhe dá significado. Portanto, sob a ação do indivíduo – que é uma ação social haja vista seus vínculos de alteridade – há uma estrutura estruturada, seja ela material – forças produtivas, relações de produção, estrutura social – ou simbólica – formas de pensamento, ideologia, educação. O uso que o indivíduo faz dessa estrutura para agir, a forma como ele se relaciona com essa força produzida socialmente – partir de suas intenções, de suas finalidades, a converte em estrutura estruturante. Isso quer dizer que a ação social reflete a forma como a estrutura está sendo significada pelo indivíduo.

A ação social é decorrência da apreensão e compreensão do mundo. Tal compreensão realiza-se por meio de uma argamassa simbólica que permite sentido imediato ao mundo e se expressa nas formas de linguagem. Para Bourdieu: Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” [...]. Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social

que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOUDIEU, 2002, p. 9-10).

Pelo que já foi dito até então compreende - se que o ser humano é um ser histórico, e isso significa viver sob uma determinada objetividade social que é significante e significado. Na perspectiva marxista, essa objetividade social recebe o nome de modo de produção, possuindo como característica básica o fato de que após o desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho todo e qualquer modo de produção se assenta sobre relações desiguais entre classes sociais. Numa sociedade cindida em classes, o mundo imediato é o mundo da experiência da classe.

Reprodução, educação e cultura

Para Marx e Engels (op. cit.), a produção nos moldes como já foi comentado seria o primeiro ato histórico a condicionar a humanidade. Dela decorre um segundo ato histórico, que se pode designar como reprodução. Textualmente, dizem Marx e Engels: “*satisfeita esta primeira necessidade [ato da produção], a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades*” (MARX e ENGELS, 1993, p. 40). Essas novas necessidades se situam sobre dois campos: o primeiro diz respeito à condição tecnológica, ou seja, ao fato de que uma invenção, uma determinada técnica, mesmo que imediatamente satisfatória, apresenta também limitações e num relativo intervalo de tempo demandará aprimoramento, reinvenção, reprodução; o segundo refere-se à necessidade de a sociedade se apropriar da produção, ou melhor dizendo, de suas técnicas, de sua lógica, de seus princípios, o que se torna possível pela transmissão cultural, pelo ato da educação social.

Uma vez que é a dinâmica produtiva (da vida, das coisas da vida, da materialidade da vida, da simbologia da vida) que demanda a educação como condição para que a sociedade se reproduza, vê-se então que é o terreno da *práxis*, da produção social, que constrói as formações ideológicas, aquelas que serão simbolicamente construídas como

estruturas estruturantes a fim de dar sentido à ação social. Assim, “não é a consciência que faz o ser, mas o ser social que faz a consciência”, o que em outras palavras quer dizer que a educação, enquanto formação ideológica que visa dar sentido à ação social e garantir a reprodução, expressa toda a gama do *poder simbólico* construído em torno da práxis, da produção.

Mas como fica a produção social em sociedades cindidas em classes? A lógica da divisão de classes não é a lógica de modos de produção diferentes dentro de uma mesma sociedade. Pelo contrário, a divisão de classes é resultado da relação dialética entre as classes numa mesma unidade sócio-territorial. Tal divisão se efetiva na existência da propriedade privada e torna uma classe interdependente da outra: classe dos trabalhadores, destituída dos meios de produção e dependente deles para a produção das condições de sua sobrevivência; e classe dos proprietários, detentora dos meios de produção e dependente dos trabalhadores para colocá-los em operação e exercer um domínio. Dessa forma a relação entre as classes numa determinada sociedade é uma relação dialética, de contrários que se antagonizam e que se interdependem. A manutenção da ordem desigual dentro de uma mesma sociedade só é possível pelo controle ideológico que a classe detentora dos meios de produção exerce sobre toda a classe dos trabalhadores¹.

Enquanto poder simbólico, as ideologias, segundo Bourdieu (em análise à concepção marxista da ideologia):

Servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes

1 Compreende-se aqui por classe dos trabalhadores todo o conjunto de grupos sociais ou campos (cf. a perspectiva de P. Bourdieu) que vive em função da realização de um determinado trabalho, independente das diferenças de sua remuneração e das condições do trabalho.

dominantes; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2002, p. 10-11).

Nesses termos, a organização da cultura pelos meios da educação, possível nas sociedades contemporâneas principalmente pelos sistemas de ensino, se processa por uma lógica de classe, por uma “*sócio lógica*” (LEFEBVRE, 1999; OLIVEIRA, 2006), sendo esta classe aquela que exerce o domínio econômico, social e político das sociedades. Tal organização é algo fundamental para que o mesmo domínio se reproduza, de modo que o controle ideológico implica mesmo na hegemonia da classe dominante. A primeira condição para o controle ideológico e a organização da cultura é dominar o *metapoder* do Estado. Por ele se desenha e se dissemina as lógicas da cultura e das subculturas, sendo a educação, particularmente a escolar, o espaço-tempo fundamental para tanto. Assim, ser professor(a) é ser portador de um discurso muitas vezes contraditório, haja vista que a teleologia da ação pedagógica aponta para uma intenção emancipadora do sujeito que ensina, porém os meios pelos quais tal ação se opera produzem um significado ao sujeito que aprende que o amarra à objetividade das relações sociais tal qual ela é; a prática pedagógica gera a reprodução das relações de poder, de distinção, de domínio, de desigualdade.

O discurso: objetividade X subjetividade

Como se vê, o sujeito que educa, que ensina, é um sujeito que aprendeu e atua com base nos recursos oferecidos por um sistema (de ensino) que está orientado para a lógica reprodutora da sociedade. Isso

faz da ação pedagógica uma ação contraditória, dialética, pois a finalidade da ação imposta enquanto plano pelo educador conduzirá a um resultado condicionado pela objetividade social. Daí então se entender que o discurso do educador e, não obstante, a sua ação pedagógica, é o resultado da contradição entre objetividade e subjetividade, entre o metapoder do Estado dominado pela classe hegemônica e a sua vontade pessoal, entre a sua condição de classe e a sua condição de sujeito histórico, entre o sistema de ensino e a sua teleologia.

O discurso do educador se constitui como o contraditório entre o ser social e o indivíduo pela lógica da apropriação discursiva que caracteriza o ato da transmissão da cultura pelos sistemas de ensino. Dessa forma, um discurso construído é, como sugere Foucault (1997), “um nó em uma rede”, ou seja, um sistema de remissões de uma intertextualidade. Ele implica na nossa manipulação da linguagem, expressa fundamentalmente no domínio que temos das palavras. Segundo Souza,

as palavras manifestam o nosso grau de desenvolvimento nas diversas competências que temos. Esse modo de ver a linguagem, palavra e outros signos [...] pode ser entendida como um ponto de vista sobre o processo de aquisição do conhecimento, da aprendizagem (SOUZA, 2006, p. 20).

O ensino se constitui através do desenvolvimento da linguagem, manipulada essencialmente nas relações sociais. A palavra é o principal fio-condutor de sentidos de nossa linguagem. Aprender o mundo e intervir na sua transformação pelo ato da produção demanda relação com as palavras (faladas e escritas), o que é possível preferencialmente pela participação do sujeito-indivíduo num sistema de ensino-aprendizagem desenvolvido no ambiente escolar. Nesses termos, Souza define assim a linguagem:

Em outras palavras, a linguagem é, por natureza, *constitutiva* de si mesma, dos sujeitos que a utilizam, dos objetos dos quais ela fala, das interações entre os sujeitos. Daí, damos à linguagem um caráter de utilidade, pois, com ela, elaboramos nossos pensamentos,

explicamos o que vemos, expressamos os sentimentos, damos asas à imaginação. Pela linguagem, quanto a nós mesmos, nos organizamos” (id., *ibid.*, p. 20).

Nessa lógica, o domínio do mundo se associa ao domínio da linguagem. Produzir, transformar o mundo a seu favor, controlar a natureza e, por decorrência, exercer também um domínio de classe implica em dominar a linguagem, em produzi-la na formulação discursiva. Por isso, o discurso do educador, enquanto interdiscurso, é reprodutor da lógica social, pois a sua formulação se deu na autorização feita pelo conhecimento que se julga adequado para o exercício do ensino. Esse conhecimento que autoriza o discurso do educador é componente estratégico de uma gama de poder que em última instância manifesta a sua vinculação de classe, por mais que diretamente ele não tenha sido produzido por essa suposta classe.

Sala de aula, discurso e contingência

Contudo, por mais que o discurso do educador manifeste a contradição entre a objetividade social e a teleologia, por mais que ele seja uma remissão a um conhecimento que possui vínculos com situações de poder, não se pode em hipótese alguma negar as possibilidades que são dadas à comunicação do educador no espaço da sala de aula. Isso porque a aula é uma *contingência*. Se por um lado ela reproduz as intenções de uma sociedade cindida em classes, por outro lado ela também possibilita criações, novidades, esperanças, utopias, revelações. A mesma estrutura que desenvolve os vínculos do indivíduo com a lógica excludente e desigual de reprodução social é também a que dá suporte para que ele a desvende, e lute contra ela. Isso só é possível porque o sujeito que ensina, bem como o sujeito que aprende, são sujeitos criativos e gozam, nas condições de domínio que possuem sobre a linguagem, de uma relativa autonomia que lhes permite fazer e se apropriar diferente.

Contingencialmente, a aula é um campo de possibilidades, sejam elas negativas ou positivas. E uma mesma aula planejada não se desenvolve igualmente em duas turmas diferentes. As condições de

apropriação e uso da linguagem se dão de forma desiguais em turmas diferentes, de modo que os resultados também serão diferentes. Uma mesma estrutura, um mesmo conteúdo e um mesmo planejamento não são suficientes para que resultados iguais sejam produzidos por um mesmo professor em turmas diferentes. O seu discurso tende a se transformar mediante expectativas diferentes sobre a sua aula, e tal modificação poderá acarretar resultados inesperados. Não obstante, a recepção do discurso também é uma recepção condicionada pela dialética entre objetividade e subjetividade.

Diante de tudo isso, se conclui que a (sala de) aula não é só um espaço de contradição, como também um espaço de contingências. O velho e novo se articulam na aula enquanto possibilidades. A reprodução social é garantida pelo viés ideológico que permeia as autorizações discursivas, porém a novidade que desvincula o sujeito dessas amarras estruturais pode surgir pelo gozo da relativa autonomia de que dispõe. Tudo isso dependerá da forma como o discurso do educador será realizado, bem como do modo como os discursos dos educandos se produzirão na sua receptividade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia a linguagem**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FAÏTA, Daniel. Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor. In: MACHADO, Anna R. (org.). **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: Eduel, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GERALDI, José W. **A aula como acontecimento**. Aveiro (Portugal): Universidade de Aveiro, 2004.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MACHADO, Anna R. (org.). **O ensino como trabalho**: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (*Feuerbach*). 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

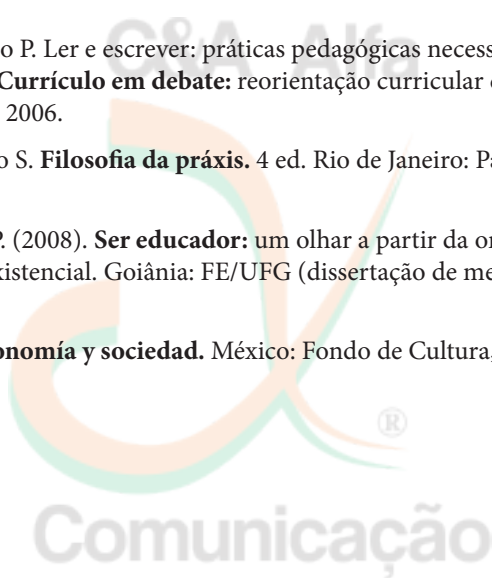
OLIVEIRA, Adão F. de. Goiânia heterotópica: a integração excludente. In: OLIVEIRA, Adão F. de; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). **Cidades sustentáveis**: políticas públicas para o desenvolvimento. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SOUZA, Agostinho P. Ler e escrever: práticas pedagógicas necessárias em todas as áreas. In: **Currículo em debate**: reorientação curricular do 6º ao 9º ano. Goiânia: SEE, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIANA, Cláudio P. (2008). **Ser educador**: um olhar a partir da ontologia fenomenológica existencial. Goiânia: FE/UFG (dissertação de mestrado), 2008.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura, 1984.



TERRITÓRIO

9

NEGROS NO BRASIL E MARGINALIDADE SOCIAL



*Artigo publicado no portal de notícias
Brasil Popular no dia 06/06/2020.
No dia 27/02/2020 ele havia sido
publicado no portal T1 Notícias com o
título Cor de Pele e Desigualdade Social
no Brasil.*

C&A Alfa

De todos os eventos históricos importantes que ocorreram na segunda metade do século XIX no Brasil, a Abolição da Escravatura ocupa uma posição de centralidade. Tais eventos concorreram para permitir que o país se industrializasse e experimentasse um novo patamar na divisão internacional do trabalho, preparando-o para se destacar no cenário regional da América Latina. Pela ótica do mercado, era fundamental se abolir a escravatura e preparar a mão-de-obra para a experiência do trabalho livre e assalariado, o que permitiria que o grande contingente de negros no Brasil participasse das relações de mercado como consumidores de produtos importados e nacionais.

Por estes termos, se entende que não houve projeto de “humanidade” na Abolição da Escravatura; tudo não passou de um ajuste de mercado. E um ajuste tão cruel que, antes mesmo da abolição ser promulgada, em 13 de maio de 1888, foi homologada uma Lei de Terras, em 1850, assegurando que as terras existentes nos territórios articulados pelas relações de mercado nacional seriam tituladas à elite produtora do país. E à medida que a fronteira econômica fosse avançando no território nacional, as terras devolutas articuladas seriam concedidas pelo Estado mediante o seu interesse e por regras a serem estabelecidas.

Obviamente, essa situação limitou o destino dos escravizados recém libertos... Muitos se viram forçados a permanecer nas mesmas fazendas, para agora trabalharem mediante salários. Outros migra-

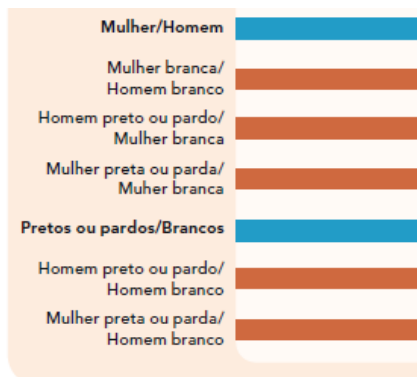
ram para as cidades, onde ocuparam informalmente a periferia, os morros e as encostas. E houve ainda os que avançaram para o sertão, buscando lugares onde poderiam reproduzir a vida longe das relações que os excluía e marginalizavam.

A instituição desse processo sedimentou definitivamente no Brasil a desigualdade social mediante a cor da pele. E mesmo com forte campanha de “cientistas” (antropólogos, sociólogos, historiadores) que, na passagem do século XIX para o século XX, advogavam haver no país uma “democracia racial” – especialmente em comparação com a discriminação racial existente nos EUA –, a realidade social brasileira sempre deixou muito evidente a sua estratificação piramidal. Dessa forma, no final do século XX e início do século XXI uma das principais pautas que se apresentam às políticas públicas é a de se criar mecanismos efetivos de superação dessa desigualdade. Entretanto, os números de nossa realidade chamam a atenção para o tamanho que ainda é esse desafio...

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018 do IBGE revela que o Brasil é sim um dos países mais desiguais em termos de cor da pele, e quando se amplia o foco da lente, percebe-se também que essa desigualdade afeta a questão de gênero. Assim, comecemos a exposição pela desigualdade no rendimento médio de nossa população.

Comunicação

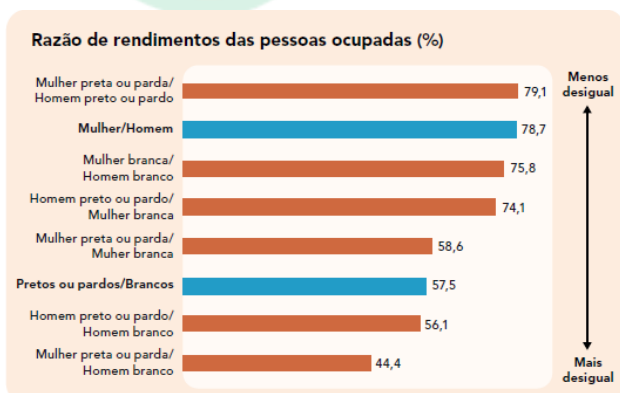
Gráfico 1 – Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês)



Fonte: IBGE / PNAD Contínua, 2018. Nota: pessoas de 14 anos ou mais de idade.

O gráfico 1 revela a desigualdade de renda mensal entre brancos e negros e apresenta uma informação chocante: mesmo nas relações de trabalho informal, esta desigualdade se reproduz. Mas quando se especifica as comparações, trazendo à tona especialmente a questão de gênero, é possível se ter uma melhor noção de como a pirâmide social brasileira está constituída.

Gráfico 2 – Razão de rendimentos das pessoas ocupadas (%)

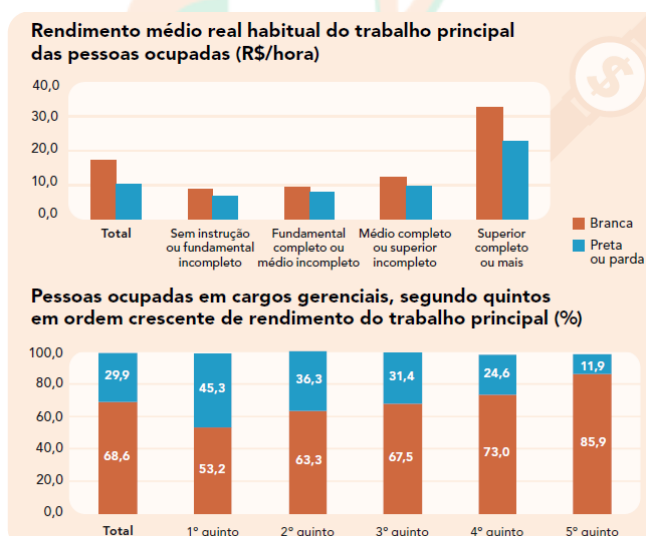


Fonte: IBGE / PNAD Contínua, 2018. Nota: pessoas de 14 anos ou mais de idade.

O gráfico 2 nos dá uma boa ideia da dimensão da desigualdade social no Brasil. Ele mostra as situações sociais que se opõem, tendo numa ponta, a diferença de rendimentos entre mulheres negras e homens negros. Nessa informação, se percebe que as mulheres negras recebem, em média, 79% do que recebem os homens negros. Porém, na outra ponta, onde figuram as mulheres negras em relação aos homens brancos, as mulheres recebem apenas 44% do que recebem os homens. Mas é importante destacar também que os homens negros recebem apenas 56% do que recebem os homens brancos. Assim, a maior desigualdade no Brasil está entre os homens brancos e as mulheres negras, ou seja, a desigualdade social se amplia quando se incrementa a informação de gênero.

Outra informação de base para se compreender melhor a desigualdade no Brasil diz respeito aos rendimentos em relação ao nível de escolaridade. Mais uma vez, em qualquer nível de instrução os negros receberam menos do que os brancos, como revela o gráfico 3.

Gráfico 3 – Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas pelo Valor da Hora



Fonte: IBGE / PNAD Contínua, 2018. Nota: pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Em que pese haver diferença no valor da hora trabalhada entre negros e brancos nos níveis elementares de formação, sempre a favor dos brancos, é mesmo na formação superior que essa desigualdade dispara, quebrando com a ideia de que o diploma de curso superior reduz a desigualdade. Na verdade, a formação superior agrega valor de renda, mas em comparação com os rendimentos de pessoas brancas, a diferença é bastante ampliada.

Diante de tamanha desigualdade, o que a população negra do Brasil tem feito para garantir melhores oportunidades e a superação das assimetrias? Bom, considerando que vivemos numa República democrática em que predomina o sufrágio universal, uma primeira boa ação no sentido da reversão desse quadro seria a eleição de representantes classistas. Contudo, os resultados eleitorais revelam, mais uma vez, a projeção dessa mesma desigualdade no cenário político institucional.

Gráfico 4 – Deputados Federais, Estaduais e Senadores eleitos no Brasil por cor de pele

Total de eleitos por raça em 2018

Números representam candidatos que assumirão cargos de deputado e senador



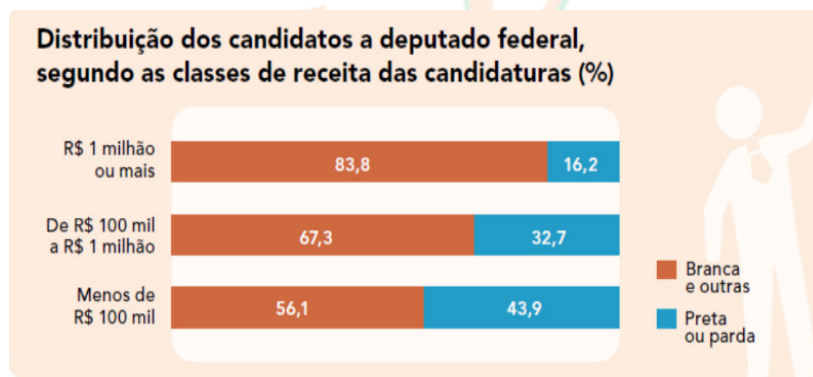
Fonte: TSE / Repositório de Dados Eleitorais, 2019.

O gráfico 4 indica que apenas 27%, ou seja, pouco mais de ¼ dos deputados estaduais, federais e senadores eleitos em 2018 têm a cor negra. Se agregarmos a essa informação a dos vereadores também, perceberemos que, neste caso, em todo o Brasil apenas 42% dos

vereadores eleitos em 2016 são da cor negra. Vale lembrar que a maioria da população brasileira é negra (parda ou preta). Aliás, à medida que se sobe de nível na escala parlamentar, diminui a proporção de negros eleitos: deputados estaduais em 2018, 28%; deputados federais em 2018, 24%.

Num sistema eleitoral tão isento quanto o brasileiro, o que faz com que frente a tamanha desigualdade social por cor de pele a população negra não escolha representantes com a sua própria experiência? A resposta é mais ou menos simples: a dominação ideológica, com dispositivos simbólicos de subjugação introjetados há séculos, e a carência material, a pobreza mesmo, que leva tal população a negociar o voto diante das eleições. O gráfico a seguir mostra, por exemplo, a distribuição dos candidatos a deputado federal em 2018 de acordo com suas receitas de campanha.

Gráfico 5 – Distribuição dos candidatos a Deputado Federal segundo as classes de recita (%)



Fonte: TSE / Repositório de Dados Eleitorais, 2019.

É assustador perceber a diferença dos recursos de campanha de acordo com a cor da pele! A que conclusões chegamos diante de tudo isso? Faço aqui alguns apontamentos, considerando inclusive que estamos num ano eleitoral:

1. Para gestores humanistas, é preciso pautar a questão da desigualdade social, especialmente mediante a cor da pele e a situação de gênero, tornando tal preocupação transversal em todas as políticas públicas.
2. Para a população negra, é fundamental construir uma plataforma de reivindicações e eleger lideranças que tenham compromisso com a causa.

Para os candidatos de um modo geral, é preciso trazer essa questão para a plataforma discursiva.



10

MULHERES CHEFES DE ESTADO E SEUS ALINHAMENTOS POLÍTICOS

*Artigo publicado no portal de notícias
Brasil Popular no dia 30/06/2020.
Originalmente publicado no portal
T1 Notícias no dia 15/01/2018
com o título Mulheres no Poder
e a Geopolítica Mundial.*

C&A Alfa

Para as gerações que estão tendo a responsabilidade de fazer a história na transição do século XX para o XXI, pouca coisa do que tem acontecido como novidade é de fato percebida como um fato histórico. Mas basta uma consulta às lupas das ciências humanas e sociais sobre essa realidade para se perceber que ousadias de todas as ordens têm acontecido. Tomando o processo civilizatório como referência, diríamos que há ousadias progressistas e conservadoras, o que implicaria em avanços e recuos de concepções, ideologias, direitos e práticas humanitárias.

Na perspectiva dos direitos e das práticas humanitárias, e de sua relação com os valores democráticos, uma novidade importante desse período especialmente configurada no século XXI é a assunção de mulheres à condição de chefes de Estado. Nesse contexto, 20 mulheres assumiram o posto máximo em seus países, o que representa 10 por cento de países dirigidos por mulheres. Em princípio parece pouco, mas é preciso compreender as várias lutas por emancipação e autonomização feminina ao longo do século XX em todo o globo terrestre e a sua necessária coroação com direitos políticos e sociais (nem sempre conquistados) para se ter uma ideia do que esse valor representa.

As tensões, embates e conflitos, especialmente reforçados a partir das lutas libertárias da década de 1960, tenderam à garantia dos direitos reivindicados na Europa e na América de um modo geral (ocidente), enquanto que na Ásia, África e Oceania (oriente) o movimento

foi o contrário. Salvo raríssimas exceções, o dispositivo ideológico utilizado nestes para justificar a “repressão” ao que as mulheres lutavam para conquistar foi a religião. Por outro lado, as mudanças ocorridas no ocidente a partir das conquistas feministas refletiram desde o comportamento vestuário até a ocupação de postos executivos em grandes corporações, passando pela ressignificação sexual e pela reconfiguração familiar.

MULHERES NA CONDIÇÃO DE CHEFES DE ESTADO NO MUNDO HOJE

NOME	PAÍS	REGIÃO	CONSERVADOR/ DIREITA/ LIBERAL	SOCIAL- DEMOCRATA	ESQUERDA/ CENTRO ESQUERDA
Angela Merkel	Alemanha	Europa Central	X		
Nicola Sturgeon	Escócia	Europa Central			X
Theresa May	Inglaterra	Europa Central	X		
Marie L. C. Preca	Malta	Europa Central		X	
Erna Solberg	Noruega	Norte Europeu	X		
Atifete Jahjaga	Kosovo	Leste Europeu			
Kolinda G.-Kitarovic	Croácia	Leste Europeu	X		
Dalia Grybauskaitė	Lituânia	Leste Europeu	X		
Laimdota Straujuma	Letônia	Leste Europeu			
Ellen J. Sirleaf	Libéria	África	X		
Sheikh HasinaWajed	Bangladesh	Ásia			X
Michelle Bachelet	Chile	América do Sul			X

E mesmo que tudo isso represente muito, num mundo em que a família e, por antecedência, a mulher foram a primeira forma de propriedade privada, como observou Friedrich Engels na consagrada obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884, há um espaço social que ainda não foi devidamente ocupado pelas mulheres: o poder de Estado. Por este, entenda-se aqui todos os espaços de poder político, executivos e legislativos, nacionais ou subnacionais. Isso nos remete à ideia de que o século XXI será ainda momento de tantas outras lutas emancipatórias da condição feminina.

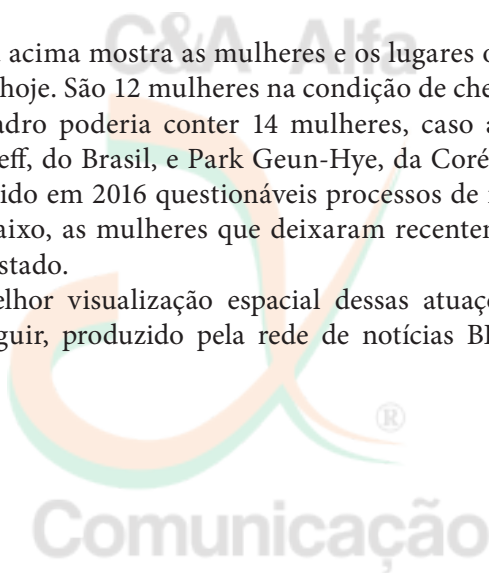
De todo modo, o que o século XXI nos apresenta com relação ao poder máximo de chefe de Estado precisa ser geopoliticamente analisado.

MULHERES QUE OCUPARAM O PODER DE CHEFE DE ESTADO ATÉ RECENTEMENTE

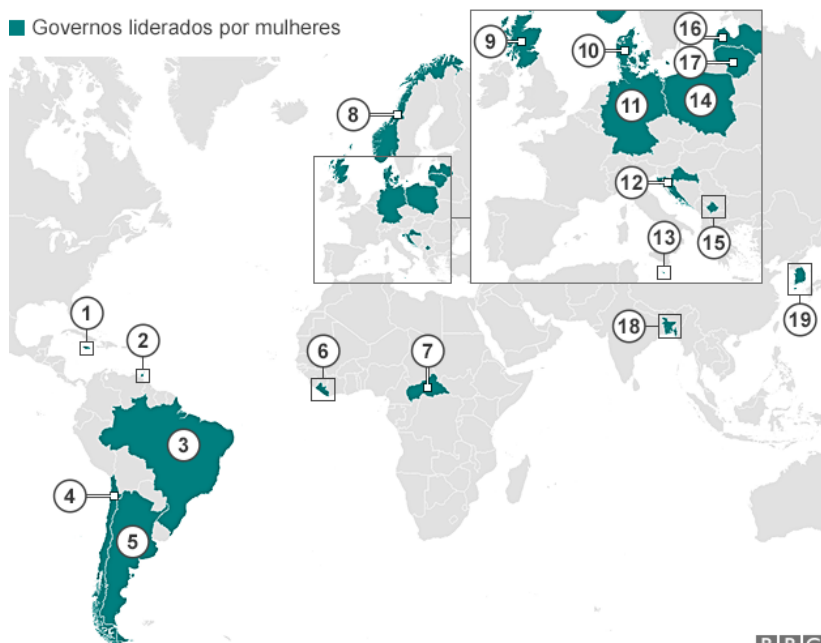
NOME	PAÍS	REGIÃO	CONSERVADOR/ DIREITA/ LIBERAL	SOCIAL- DEMOCRATA	ESQUERDA/ CENTRO ESQUERDA
Dilma Rousseff	Brasil	América do Sul			X
Cristina Kirchner	Argentina	América do Sul		X	
Portia S. Miller	Jamaica	América Central			X
Kamla P.- Bissessar	Trinidad e Tobago	América do Sul			X
Catherine Samba-Panza	República Centro-Africana	África	X		
Helle T.- Schmidt	Dinamarca	Norte Europeu		X	
Ewa Kopacz	Polónia	Leste Europeu	X		
Park Geun-Hye	Coréia do Sul	Ásia Oriental	X		

A tabela acima mostra as mulheres e os lugares onde elas ocupam o poder hoje. São 12 mulheres na condição de chefes de Estado, mas esse quadro poderia conter 14 mulheres, caso as presidentes Dilma Rousseff, do Brasil, e Park Geun-Hye, da Coréia do Sul, não tivessem sofrido em 2016 questionáveis processos de impedimento. Na tabela abaixo, as mulheres que deixaram recentemente o posto de chefe de Estado.

Para melhor visualização espacial dessas atuações no globo, o mapa a seguir, produzido pela rede de notícias BBC é bastante ilustrativo.



■ Governos liderados por mulheres



BBC

Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150112_governos_mulheres_gch_cc. Reportagem de 13/01/2015, acessada no dia 14/03/2017.

O que se verifica nessas informações? O primeiro destaque é para a disposição espacial dos governos dirigidos por mulheres. Partindo do velho continente, tivemos nesse período 11 países dirigidos por mulheres (o mapa mostra apenas 10), sendo 5 no leste europeu, 4 na Europa Central e 2 no norte europeu. Desse total, 9 mulheres ainda continuam governando. A América do Sul vem em segundo lugar com 4 mulheres governantes, sendo que três delas já não estão mais no cargo, incluindo a presidente brasileira, Dilma Rousseff. África e Ásia são duas mulheres, respectivamente, sendo que uma em cada continente, também respectivamente, já não governam. E, por fim, há uma mulher governante na América Central que também já deixou o poder.

Então, é possível perceber que a Europa é o grande palco da participação feminina recente no poder de Estado. Mas uma outra infor-

mação muito importante diz respeito ao perfil político-ideológico dos governos em questão, o que vai nos mostrar que tipo de composição sócio-política foi necessária para que essas mulheres chegassem ao poder. Assim, foram 9 dirigentes associadas a partidos conservadores liberais de direita, das quais 6 na Europa, 2 na África e 1 na Ásia. Três delas são social-democratas, sendo 2 da Europa (apenas 1 do norte europeu, onde a social-democracia tem forte tradição) e 1 da América do Sul. Por fim, 6 são de centro-esquerda, sendo 3 da América do Sul, 1 da América Central, 1 da Ásia e 1 da Europa Central. Não temos a informação partidária de duas chefes de Estado.

Assim, sobre as mulheres que ocuparam o poder de Estado no mundo recente, é possível dizer que: 1) apesar da maturidade da luta social na Europa e de sua forte tradição social-democrata, as mulheres que estiveram no poder lideraram composições políticas conservadoras de direita; 2) as composições político-partidárias que levaram as mulheres ao poder no continente americano foram hegemonicamente de esquerda; e 3) fazendo a possível associação entre a social-democracia e a centro-esquerda, o mundo dirigido pelas mulheres nesse começo de século XXI está precisamente equilibrado, sendo 9 de perfil conservador liberal de direita e 9 de perfil social-democrata e centro-esquerda.



11

PALMAS

**Ex-secretárias se
apresentam para a Câmara
Municipal em 2020**



C&A Alfa

Uma coisa muito sabida é que em todo o Brasil o número de mulheres é maior do que o de homens, correspondendo a 51,8% de toda a população. Mas quando se trata de eleitores a proporção de mulheres é maior do que a de homens também: o total de eleitoras é de 77 milhões de mulheres, o que corresponde a 52,5% do total de eleitores do país. No entanto, a participação da mulher na política eleitoral ainda é muito tímida, apesar de que essa realidade tenha mudado nessa última década, mesmo que lentamente.

Nas eleições de 2014 apenas 190 mulheres foram escolhidas em todo o país para ocupar cadeiras nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado Federal, o que corresponde a 11,1% das vagas. Esse percentual se aumentou em 2018 para 16,2%, quando 290 mulheres foram eleitas para essas casas legislativas, de um universo de 1790 pessoas escolhidas. Mesmo assim, há um gargalo à medida em que se eleva a representação política: as mulheres são 18% nas Assembleias Legislativas, 15% na Câmara Federal e 13% no Senado Federal.

Nas eleições municipais a coisa não muda muito, sendo um cenário um pouco pior. Em 2016 apenas 13% das cadeiras nas Câmaras Municipais foram assumidas por mulheres nos 5.570 municípios brasileiros, sendo que 12% destes passaram a ser comandados por mulheres.

que pese esse aumento tímido percebido nas eleições da década de 2010, a proporção de mulheres eleitas ainda é bem aquém do percentual da cota definida para candidaturas femininas. Num rápido

retrospecto, as mulheres só conseguiram o direito ao voto no Brasil em 1932, há 88 anos. Porém, foi apenas após a Constituição de 1988 que medidas efetivas passaram a ser adotadas para garantir que as mulheres tivessem maior representatividade na política eleitoral.

Somente em 1995 (Lei 9.100, “Lei das Cotas”) se definiu o percentual de 20% de candidaturas nos partidos para mulheres, valendo apenas para as eleições municipais. Dois anos depois, se definiu que se faria a *reserva* de 30% das vagas para mulheres, mas sem a necessária obrigação do preenchimento, o que valeria também para as Assembleias Legislativas, para a Câmara Federal e para o Senado Federal (Lei 9.504/97).

O preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas só aconteceu mesmo no século XXI, quando em 2009 a Lei das Eleições recebeu nova redação (Lei 12.034/2009). Assim, as eleições que ocorreram ao longo da década de 2010 foram marcadas pela cota de um mínimo de 30% de candidaturas femininas, sendo que em média elas foram, em todas as eleições dessa década (municipais, estaduais e federais), de 32%. Portanto, os percentuais de mulheres eleitas ainda estão longe de corresponder ao percentual de candidaturas.

PALMAS

Em Palmas, a única mulher eleita prefeita da capital foi a Professora Nilmar Ruiz, sendo a primeira prefeita da cidade no século XXI (2001-2004). Contudo, em 2016 Carlos Amastha (PSB) foi eleito prefeito tendo como vice Cinthia Ribeiro (PSDB). Ao renunciar em 2018 para concorrer ao cargo de governador, Cinthia assumiu a prefeitura, sendo a segunda mulher a ocupar o cargo.

Na Câmara Municipal, considerando a década de 2010, nenhuma mulher foi eleita vereadora em 2012. Já em 2016 duas mulheres assumiram cadeiras na casa de leis, o que corresponde a 9,5% dos eleitos.

Para o pleito atual, o TSE informa que houve o registro de 459 candidaturas na capital tocantinense, das quais 154 são de mulheres, correspondendo a 33,5%, ou seja, um terço. É uma importante melhora, apesar de que ainda mantém o sentido da média nacional.

Das candidaturas femininas registradas, algumas se destacam pela experiência acumulada no campo da gestão pública como secretárias municipais, apesar de nenhuma ter tido experiência em casas de leis.

Professora Germana

Professora efetiva da UFT em Palmas do curso de Arquitetura e Urbanismo, Germana Pires é Arquiteta e Urbanista, especialista em Planejamento Urbano e Ambiental (PUC-GO), mestre em Desenvolvimento Regional (UFT) e doutoranda em Planejamento Urbano (USP). Foi durante a gestão Amastha secretária de Desenvolvimento Urbano; presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente; secretária de Planejamento e Gestão; e secretária executiva de Educação.



Em 2018 a Professora Germana foi candidata a suplente de senador de Paulo Mourão, que não conquistou a vaga no Senado Federal. Essa é a primeira vez que Germana se candidata ao cargo de vereadora.

Eliane Campos

Formada em Comunicação Social com foco em Jornalismo, atuou como empresária na área publicitária por 20 anos. Em 2011 foi convidada a assumir a Superintendência de Comunicação do Estado do Tocantins. Já na gestão Amastha na capital foi presidente da Fundação Cultural de Palmas e Secretária municipal de Desenvolvimento Social. Em 2014 Eliane foi candidata a deputada estadual pelo Tocantins, não tendo conquistando a vaga. Esta é a primeira vez que ela se candidata a vereadora.





Eutália Barbosa

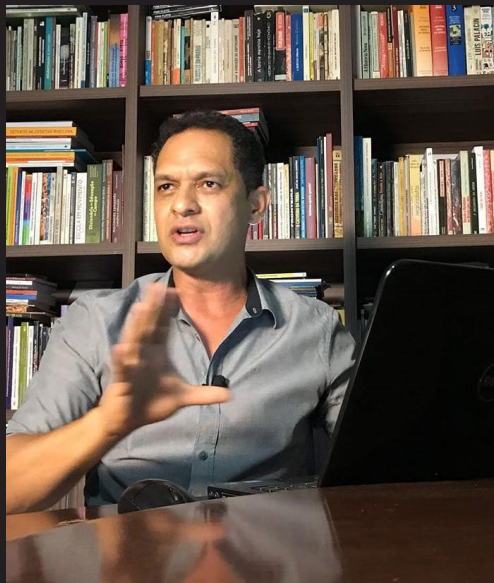
Assistente Social por formação e de carreira no município de Palmas, Eutália foi secretária de Assistência social e secretária executiva de Saúde na gestão de Raul Filho. De 2007 a 2010 foi secretária de Assistência Social no Pará e, na sequência, diretora de Proteção Social Básica no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome. Em 2018 Eutália foi candidata a deputada estadual e não foi eleita. Esta é a primeira vez que ela se candidata à Câmara de Palmas.



12

QUEIMADAS EM 2019

Nada de normal



Artigo publicado no portal Gazeta do Cerrado no dia 02/09/2019 e republicado no portal Brasil 247 no dia 03/09/2019.

Já é sabido do senso comum que a vegetação do Cerrado necessita da queimada anual para se reproduzir a cada novo ciclo. Mas essa queimada não é a induzida por seres humanos: é a queimada natural que ocorre a partir das características próprias desse bioma. Na verdade, as queimadas induzidas em nada contribuem para a reprodução do Cerrado...

A partir da década de 1960 o Cerrado passou por uma ressignificação na sua representação enquanto espaço que pudesse servir à dinâmica capitalista. Até então, as terras de Cerrado, especialmente nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, eram tidas como terras ruins, sendo assim aproveitadas basicamente para a pecuária extensiva. Porém, a consolidação do mercado nacional e a necessidade do Centro-Sul do país, liderado por São Paulo, de incorporar novas áreas produtivas para a produção de alimentos que atendessem às suas demandas internas provocou uma modernização do campo no Cerrado.

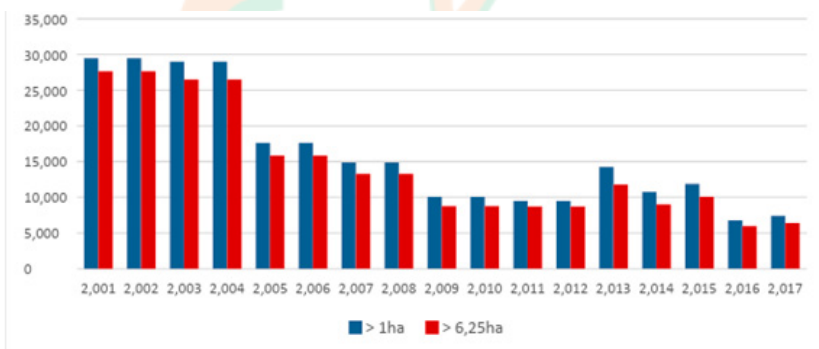
Novas técnicas agrícolas, como a introdução de máquinas, e a utilização de insumos estimulantes e corretores do solo fizeram do Centro-Oeste brasileiro um novo eldorado da produção agrícola nacional. Obviamente, na contramão dessa condição, o Cerrado foi gradativamente sendo descerrado... O desflorestamento na região atingiu, nos 50 anos entre as décadas de 1960 e 2000, patamares assustadores, conforme se pode consultar no sítio Observatório da Terra, do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, vinculado à Presidência

da República. Segundo o professor Altair Sales, da PUC-GO, um dos maiores especialistas mundiais sobre o Cerrado, em Goiás esse bioma praticamente já não existe mais, pelas alterações estruturais de suas características.

O Tocantins, apesar de constituinte da região Norte e da Amazônia Legal, tem 90% de sua vegetação constituída de Cerrado. Porém, projetos de desenvolvimento da agricultura, especialmente capitaneados pelo MATOPIBA, constituem ameaça futura à incidência desse bioma em nossas terras. Não estamos aqui falando de ações voluntárias; estamos falando de ações coordenadas pelo Estado, o que as classifica como políticas públicas. Obviamente, isso soa contraditório, uma vez que se choca com o discurso de controle do desmatamento e da preservação dos biomas.

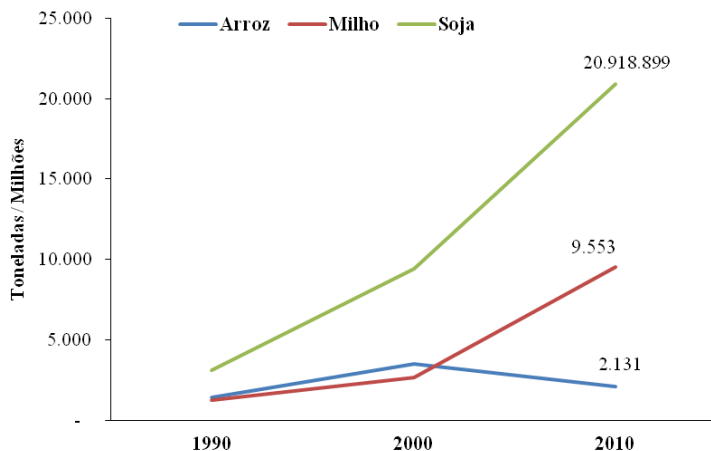
A partir da segunda metade da década de 2000 o Brasil registrou um maior controle no desmatamento do Cerrado. É o que demonstra os dados revelados pelo INPE.

Gráfico 1 - Comparativo do desmatamento no Bioma Cerrado por ano



Fonte: INPE/Observatório da Terra. Disponível no site: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-divulga-dados-sobre-o-desmatamento-do-bioma-cerrado>. Acessado em 27/-8/2019.

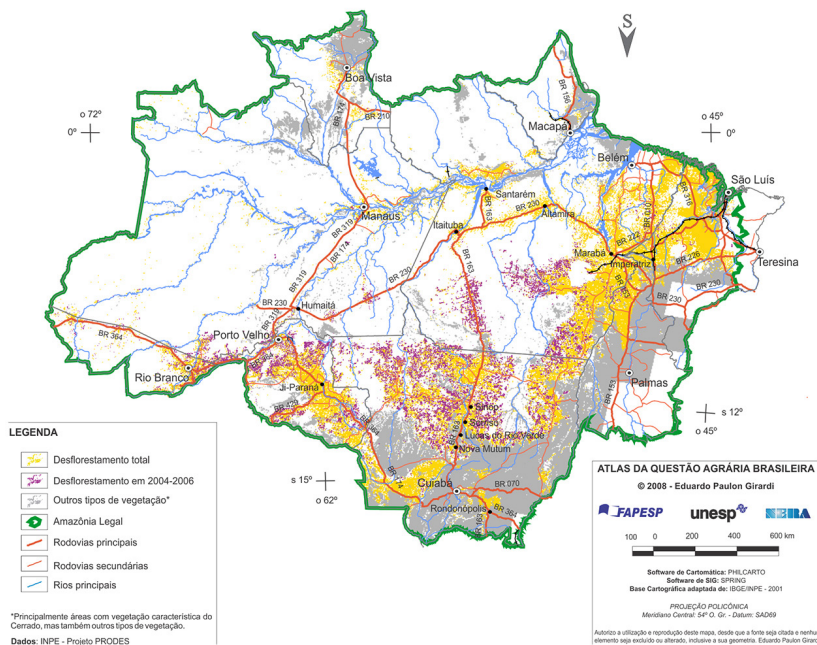
Porém, o aumento exponencial da agricultura da soja nesse período fez avançar sobre a Amazônia as novas áreas agricultáveis, colocando pressão e risco à floresta. É o que demonstra o gráfico a seguir.



Fonte: Ricardo G. da C. Silva, *Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia*. Revista Confins, N. 23, 2015.

Por decorrência, enquanto se conteve o desmatamento do Cerrado, aumentou-se o desmatamento sobre a floresta Amazônica, principalmente na borda da região da Amazônia Legal, no entorno das principais rodovias que cortam a região. É o que demonstra o mapa a seguir, destacado pelas cores lilás e amarelo.

Comunicação



O que se percebe com tais demonstrações é que o agronegócio brasileiro tem provocado um “efeito cupim” sobre dois dos mais importantes biomas mundiais: o Cerrado e a Floresta Amazônica. Depois de ter carcomido entre 1960 e 2000 as matas que são próprias do Cerrado, o “cupim” do agronegócio encontra-se hoje nas bordas da Floresta Amazônica e bota pressão pra entrar. Por sua vez, o Estado brasileiro bate cabeça buscando resolver o dilema de proteger e preservar os biomas e, ao mesmo tempo, contemplar os interesses do capital agrário constituído por produtores nacionais em associação com indústrias de transformação internacionais.

Escapa à percepção da elite econômica brasileira a possibilidade de investir o seu capital em patentes e explorações possíveis pela manutenção da floresta e do Cerrado. A biodiversidade desses dois biomas gera “n” situações de riqueza a partir do que neles se pode produzir. Remédios e curas; alimentos; venenos e morte; soluções energéticas, para o solo, para o clima; minérios, água, vida. Grande parte da

VERSÃO PARA REVISÃO DO AUTOR

solução que o mundo espera hoje tem resposta na Floresta Amazônica e no Cerrado. Então não se trata apenas de reproduzir um discurso ambiental de preservação da floresta e da mata para combater o aquecimento global e manter o clima ameno. É mais do que isso: é também negócio e é também a vida.

Lamentavelmente, em 2019 chegamos ao cúmulo da incompreensão do que tudo isso representa. Na Ciência Política há o entendimento de que política pública “é tudo aquilo o que um gestor faz ou deixa de fazer, bem como os impactos de sua ação ou omissão”. Até mesmo a fala de um gestor pode ser considerada uma política pública, porque ela induz, gera expectativa, altera o comportamento. Foi assim que chegamos neste ano na maior atrocidade contra o Cerrado e a Floresta Amazônica. Falas despreocupadas do presidente da República do Brasil contra sistemas de preservação da Amazônia, em especial, incitaram grupos de fazendeiros a criar o “Dia do Fogo”, certos de que não seriam punidos por isso.

Para além das falas do presidente, a sua incitação à delinquência e ao ódio associada ao desmonte das políticas de monitoramento, controle e preservação da Amazônia foram estimulantes para tal descabro civilizatório. Simbolicamente, mais grave do que tratorar ou devastar com correntões é incendiar a floresta, pois do fogo que decorre não se tem controle. E os resultados são esses demonstrados no próximo gráfico.

Comunicação

Imagem 2 – Alertas de desmatamento na Amazônia em julho



Fonte: Deter/TerraBrasilis/Inpe/MCTIC.

A transpiração da Floresta Amazônica produz o fenômeno dos “rios voadores”, que são cursos de água atmosféricos que fazem precipitar as chuvas no Cerrado, que por sua vez funcionam como inibidoras naturais das queimadas naturais desse bioma. A água que molha o Cerrado penetra o solo através de suas gramíneas com raízes que medem mais de um metro e não só viabilizam as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônia/Tocantins, São Francisco e Prata), como também abastecem importantes aquíferos, que são os reservatórios de água doce do planeta.

Sem a Floresta Amazônica não há rios voadores, e sem esses não há a possibilidade de repovoar o Cerrado. A inexistência desses dois biomas coloca em risco as maiores reservas de água doce do planeta que, agravado pela elevação do clima, produzirá inevitavelmente a alteração de sua biogeoeestrutura, o que significa o começo do fim. As queimadas promovidas pelo agronegócio são um péssimo negócio!

13

O SALÃO DO LIVRO VOLTOU!



*Artigo publicado na Coluna
Tendências & Ideias do Jornal do
Tocantins no dia 19/09/2015.*

C&A Alfa

Vivemos um momento crucial na história do nosso Tocantins. Após 26 anos de existência, superamos o grande quadro crônico de exclusão socioeconômica que dominava o Estado quando da sua criação e produzimos uma infraestrutura básica que lhe permitiu ser um dos espaços nacionais mais promissores na atualidade. Com um vasto potencial para a produção agropecuária, geo-ambientalmente favorecido com rotas rodo, hidro e aeroviárias que permitem a interligação do Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste, e dono de imensas riquezas naturais, históricas e culturais, faltam ao Tocantins apenas duas coisas fundamentais para o grande salto de desenvolvimento que lhe reserva o futuro próximo: a profissionalização de seu povo e a incorporação de complexos industriais na sua dinâmica produtiva.

Sem sombra de dúvida, a compreensão do que é o Tocantins hoje e do que falta para ele ser melhor amanhã do que é agora passa pela capacidade de leitura das pessoas. Mas não apenas uma leitura formal, protocolar, exibicionista e avaliativa, mas uma leitura de sentidos. É necessário ter sensibilidade, perspicácia e paixão pelas letras para se compreender um fenômeno, como é o Tocantins, na sua profundidade. Formalidade e sentido são os ingredientes básicos para uma leitura acurada das coisas, do mundo e da vida e que permite compreender o Tocantins naquilo que ele é e que pode vir a ser. E é com base nessa prerrogativa que o governador Marcelo Miranda reedita o Salão

do Livro, após dois anos de sua interrupção, entendendo que este é um espaço-tempo primordial para acurar leituras.

Nessa sua 9ª Edição, o Salão do Livro incorpora toda a preocupação estratégica que o “Governo Mais Perto de Você” tem com o momento atual de desenvolvimento do Estado. Por isso, o seu tema é Regionalismo e Desenvolvimento e o seu lema é: Na Terra do Sol, a Vida se Transforma Através da Leitura. Compreendemos que para concluir o processo de estruturação do Estado de modo que ele suporte a sua promessa de desenvolvimento, garantindo a formação adequada ao seu povo e industrializando-se com grandes investimentos, mas também com Arranjos Produtivos Locais, é necessário abordá-lo e conhecê-lo regionalmente, a partir das homogeneidades paisagístico-ambientais, histórico-culturais e socioeconômicas. É à evidência dessa realidade que a 9ª Edição do Salão do Livro se prestará, através das discussões acadêmicas, dos livros expostos e das apresentações culturais. Completa a sua realização a 11ª Fecoarte – Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Tocantins, importante peça de apresentação da cultura materializada de nosso Estado.

Com base no seu tema, o Salão do Livro este ano homenageará duas importantes personalidades ao desenvolvimento regional. No contexto nacional, Maurício de Souza, de personagens tão marcantes nas vidas de todos nós, sempre chamando a atenção para a diversidade territorial desse país. No contexto estadual, Tião Pinheiro, escritor, poeta, compositor, jornalista, agente cultural e leitor acurado do Tocantins profundo.

Ao realizar a 9ª Edição do Salão do Livro no Centro de Convenções Parque do Povo, em Palmas, o governo do Estado intenciona garantir à população desse município e do Estado, em geral, a finalização da construção desse espaço, permitindo que tantos outros eventos importantes tenham lugar adequado de realização. Não obstante, ao reeditar o Salão, deseja perenizar essa política pública que já se transformou em patrimônio do tocantinense, difundindo o saber através do incentivo à leitura e do reconhecimento da cultura e dinamizando a economia regional.

Assim, com a modéstia que marca o evento nesse ano, associada à responsabilidade e sobriedade de um governo que não pretende errar, exclama-se com imensa satisfação: o Salão do Livro Voltou!

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

14

PLANEJAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL



*Artigo publicado no Jornal do Tocantins
no dia 24/07/2016.*

C&A Alfa

De todas as preocupações que sensibilizam e motivam as ações do gestor público, especialmente aquele investido de mandato, a que diz respeito aos fatores que induzirão ao *desenvolvimento* talvez seja, por regra, a que ocupa o lugar central. Por isso, é muito comum que os mandatários vinculem as políticas públicas formuladas em seus governos à lógica do desenvolvimento. Este refere-se, sem sombra de dúvida, ao território, seja ele o de um município ou porção deste, de uma província, de uma região ou de uma nação.

Contudo, formular e implementar políticas públicas que de fato incidam sobre o desenvolvimento do território é tarefa meio que científica ou, no mínimo, metódica. Isso porque diante de recursos que são sempre escassos frente às demandas sociais, é necessário muito mais do que vontade política para se fazer. Além de se ter que compreender a realidade territorial sobre a qual se intervirá, mediante um preciso diagnóstico; de equacionar as demandas frente aos recursos, estabelecendo as prioridades e suas realizações escalonadas no tempo; de se buscar fortalecer a condição democrática, respeitando a institucionalidade definida pela Constituição e pela legislação pertinente; é preciso ainda ser sensível às opções do eleitorado, garantir a estabilidade política mediante a boa relação com o Poder Legislativo (governabilidade) e se definir com precisão quais são os vetores do desenvolvimento pretendido. Essa tarefa difícil e metódica consiste num *planejamento estratégico integrado de gestão*.

VERSÃO PARA REVISÃO DO AUTOR

Antes de tudo, é preciso dizer em primeiro lugar que essa tarefa é difícil porque não há consolidado no imaginário coletivo do brasileiro, de um modo geral, a cultura do planejamento. Segundo, porque muitos que já lidam com a dinâmica do planejamento tendem a confundir, inadvertidamente, a esfera do público com a esfera do privado. Terceiro, porque o planejamento estratégico é elaborado, quase sempre, desacompanhado da devida integração das áreas nas quais as políticas públicas devem ser formuladas, além, é claro, de não envolver os agentes fundamentais na sua implementação.

Assim, se por um lado o planejamento precisa ser radiográfico, realista, criativo e propositivo, por outro lado ele precisa articular, mediante o eixo indutor ou os eixos indutores do desenvolvimento, todas as políticas públicas – Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Turismo, Meio Ambiente, Ciência & Tecnologia etc... –, evitando sobreposição de ações, desperdício dos recursos públicos, vácuo de atenção às demandas sociais e desgastes políticos. Não obstante, se obedecer ao ciclo planejamento-implementação-monitoramento-avaliação-replanejamento é imprescindível, o que implica em dizer que é necessário que os responsáveis pelas áreas das políticas públicas se reúnam com regularidade em intervalos não tão distantes de tempo.

Verifica-se, pois, que o planejamento só é estratégico de fato quando ele integra as várias áreas em ações sistemáticas e se realiza mediante a participação dos agentes fundamentais. Ganham os territórios. Ganha o povo.

Comunicação

15

PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS



*Artigo publicado no Jornal do Tocantins
no dia 30/12/2016.*

Assim como no cenário nacional, o Estado do Tocantins também vive um momento de profunda crise econômico-fiscal e política. Em que pese a arrecadação do Estado crescer gradativa e positivamente ano após ano, as despesas têm sempre lhe superado e o desequilíbrio fiscal tem sido sempre uma ameaça ao seu desenvolvimento social e econômico.

Não distante disso, duas situações agravam o problema. A primeira diz respeito aos macroprojetos que envolvem o Estado, que visam articular mais o capital e menos o trabalho no território tocan-tinense e geralmente destituem a ampla diversidade social que o caracteriza do processo decisório de seus fundamentos. É o caso do Matopiba, por exemplo, que mobiliza amplos esforços do agronegócio numa perspectiva empresarial de grande porte, tecnológica e extensiva no espaço, em detrimento da sociobiodiversidade do Cerrado: seus povos (especialmente os de práticas sócio-produtivas tradicionais), sua fauna, sua flora, sua hidrografia, seu clima... A ameaça de extinção do Cerrado enquanto sociobiodiversidade faz somar à crise econômico-fiscal e política do Estado também uma crise ambiental e de amplas proporções, pois o desequilíbrio ambiental disso decorrente tem impacto na biogeo-estrutura do planeta Terra. Além do mais, os *commodities* do agronegócio não têm sido suficientes para garantir às municipalidades qualquer política pública com consistência.

A segunda refere-se à carência de projetos autóctones, próprios, originais de desenvolvimento, possíveis pelo esforço próprio dos governos em consonância com a máquina estatal. Os governos precisam agir mediante planejamentos estratégicos que lhes confirmem norte, integração das ações setoriais (para otimizar os recursos financeiros e humanos) e cobertura do conjunto das demandas. Tais projetos precisam reconhecer, primeiramente, que o Tocantins é um Estado desigual do ponto de vista socioeconômico, tributário, fiscal e da geração das oportunidades políticas para o desenvolvimento de atividades produtivas. Nesse sentido, há muito incentivo para projetos que articulam o grande capital – sempre receoso de se instalar aqui pela insegurança institucional – e pouco incentivo para projetos de Economia Popular, por exemplo.

Assim, algumas medidas são fundamentais para se garantir a potencialidade que, ao Tocantins, tem sido apenas uma promessa.

A compreensão de que o desenvolvimento não pode ser apenas econômico, mas, anterior e fundamentalmente, social e ambiental, pois é preciso superar as desigualdades e ao mesmo tempo garantir que haja espaço para a produção contínua.

1. O cumprimento daquilo que já advogamos aqui nesse veículo de comunicação em texto anterior, que é o Planejamento Territorial, que envolve não apenas um Plano de Governo bem-intencionado, como também um Planejamento Estratégico e Integrado. O planejamento de governo não pode ser nunca apenas o orçamentário, pois este deve ser adequado àqueles.
2. É preciso que o Estado invista na Economia Popular, sendo agente indutor dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas 8 microrregiões do Tocantins. Os custos para isso não são exorbitantes, gera trabalho, emprego e renda e, por decorrência, a ampliação do consumo, o fomento ao comércio local e a arrecadação fiscal.
3. Por outro lado, é preciso também que se reveja os incentivos fiscais, garantindo maior isonomia na arrecadação fiscal e fortalecendo o Estado para a realização das políticas públicas imprescindíveis ao desenvolvimento.

16

NOVOS SENTIDOS PARA A UFT



*Artigo publicado no Portal Gazeta do
Cerrado no dia 10/01/2018.*

C&A Alfa

No dia 15 de maio de 2018 a UFT completou 14 anos de existência. Nessa sua curta trajetória, se comparada às universidades federais dos demais estados da federação, os caminhos percorridos foram os de sua consolidação enquanto instituição de Educação Superior, que precisa ofertar à sociedade ensino (graduado e pós-graduado), pesquisa, ação extensionista e inovação. Vencida praticamente uma década e meia, novos desafios se apresentam como prementes aos rumos que a universidade deve seguir.

Instituída em sete campus distribuídos estrategicamente no Estado (Tocantinópolis, Araguaína, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Arraias), a UFT oferece mais de 50 cursos de graduação, possui 31 cursos de mestrado e 6 doutorados; conta com diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e tem um contingente de quase 20 mil alunos e algo próximo de 2 mil servidores, entre docentes e técnico-administrativos. Não resta dúvidas de que ainda muito jovem a UFT atingiu um grau de maturidade muito significativo, o que lhe rende hoje já a terceira posição entre as melhores universidades da Região Norte, sendo ela a mais nova de todas. Isso se deve por um esforço coletivo, tanto de sua comunidade acadêmica, quanto da sociedade em geral, envolvendo obviamente os seus dirigentes: os 4 reitores (com as suas respectivas equipes) e os governos (executivo e legislativos estadual e federal) do/no Estado.

Mas apesar da grandeza que a universidade demonstra hoje com os seus números, há problemas que foram surgindo ao longo de sua trajetória e que hoje não podem mais deixar de ser observados, e um dos principais é a assimetria entre os câmpus, resultado das desigualdades regionais que caracterizam o Estado. Assim, é preciso chamar a atenção para o primeiro e o último dos 6 valores presentes no Planejamento Estratégico 2014-2022 da instituição: 1) respeito à vida e à diversidade; e 6) equidade. O Estado do Tocantins se sedimenta sobre uma base sócio-territorial muito diversa, articulando grupos étnico-sociais e regiões muito distintos e próprios daqui. Não obstante, frente à reprodução da história de segregação do país, grupos e regiões tocantinenses foram sendo marginalizados e isso passou a ter reflexos na existência da UFT.

Encarar o desafio de permitir que esta jovem universidade cresça daqui para frente com equidade implica em se investir especialmente no segundo de seus quatro pilares estratégicos, que diz respeito à “articulação com a sociedade”. É preciso que se tenha a coragem e a ousadia de criar mecanismos que lhe aproximem mais do povo do Estado e de suas instituições, apresentando todo o conhecimento produzido e acumulado por seus pesquisadores e extensionistas como fundamento para as ações sócio-produtivas e para a superação das desigualdades regionais. A universidade não pode cumprir o seu papel no desenvolvimento regional se ela se “encastelar numa ilha”.

Da mesma forma, é preciso cuidar mais das necessidades estruturais do exercício docente. A garantia de salas de aula ambientadas; de laboratórios equipados; de mobilidade inter-cursos e inter-campus; de uma política de fomento à pesquisa e à ação extensionista perene, com regularidade no pagamento das bolsas; de melhor distribuição das oportunidades de ação de nossos pesquisadores e grupos de pesquisa, via recursos que chegam de demandas identificadas; dentre outras ações, são prementes para a produção e a reprodução do conhecimento regional e para a solidez acadêmica pretendida.

Não obstante, é preciso consolidar a política de assistência estudantil para cuidar também dos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, notadamente os indígenas, os

quilombolas, os camponeses e os ribeirinhos, tão presentes na composição social tocantinense. Nessa mesma perspectiva, encontrar as melhores respostas para um desafio que se avoluma a cada semestre: a moradia estudantil.

É certo que a luta de toda a comunidade acadêmica é para que tenhamos novamente regularizado a política nacional de Educação Superior e de desenvolvimento científico e tecnológico. Essa é a estratégia para a garantia da universidade que queremos. Mas taticamente, num contexto de contingenciamento e de crise, a universidade não pode parar e o estabelecimento de parcerias com setores públicos e privados é uma boa saída. Com toda certeza, temos pesquisas e conhecimentos que interessam a amplas iniciativas e cabe à universidade criar o arranjo institucional que mediará nossas atividades aos interesses da sociedade civil e política, capitalizando soluções alternativas ao conjunto de nossas demandas.



17

OCUPAÇÃO "CAPADÓCIA"

A outra face de Palmas

Matéria veiculada no Portal Gazeta do Cerrado no dia 16/05/2021, componente da série "A Palmas da Capadócia". Adaptada.

C&A Alfa

O Capadócia é uma área de ocupação surgida num dos bairros mais carentes e de população mais empobrecida de Palmas: o Taquari. Situado no extremo sudoeste da capital, o Taquari, bairro fruto de assentamento urbano promovido pelo Governo do Estado, de população carente, reúne uma população de trabalhadores subempregados: via de regra, eles têm empregos de baixíssima renda, são descobertos pela legislação trabalhista, não têm carteira assinada, não gozam de férias, décimo terceiro e nem de aposentadoria. Com baixa escolarização e formação técnica, a sua ocupação no mercado é absolutamente marginal.

O Capadócia é uma pós-ocupação, surgida por aqueles que não conseguiram no ordenamento do Taquari a garantia do espaço para a construção de sua moradia, ou que chegaram depois na cidade e margearam o último bairro constituído. Nesse sentido, o que define o processo que caracteriza a marginalidade social da população do Capadócia é a *"integração excludente"*, ou seja, é uma parcela de trabalhadores que são atraídos para a cidade em busca de oportunidades e que nela são importantes pelas várias funções que podem desempenhar, mas estando na cidade, para onde foram atraídos, integrados, são internamente expulsos, excluídos por sua condição de vulnerabilidade.

Ao longo dos últimos 5 anos o Capadócia foi se tornando mais evidente em Palmas porque nesse período houve o desmonte e a redefinição das políticas de redistribuição de renda no país. Isso aconteceu

VERSÃO PARA REVISÃO DO AUTOR

com o Bolsa Família, que diminuiu o seu alcance e o valor; o Minha Casa Minha Vida, que passou a priorizar financiamento para habitações à classe média; o Territórios da Cidadania, que deixou de amparar o sujeito do campo. Por outro lado, a política monetária do atual governo federal, que desvaloriza o real frente ao dólar, estimula o agrogócio, que emprega poucos trabalhadores, e desestimula a indústria de bens para consumo interno, gerando desemprego estrutural.

Mas essa desvalorização da moeda nacional, num país dominado pelas monoculturas, faz com que os produtos básicos da mesa dos trabalhadores, como o arroz e o feijão, uma vez tendo que ser importados de outros países, cheguem muito caros aqui, gerando inflação, carestia e miséria. Assim, o Capadócia é dominado por uma população que vive abaixo da linha da pobreza.



18

NUNCA SE PLANEJOU O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NO TOCANTINS”,

Afirma O Prof. Adão Francisco



*Entrevista concedida para a jornalista
Maria José Cotrim e publicada no Portal
Gazeta do Cerrado no dia 31/07/2018.*

Especialista em Planejamento Territorial, o também pré-candidato a Deputado Federal, Professor Adão Francisco, afirma que no Tocantins o Estado nunca planejou o desenvolvimento territorial. Segundo ele, “o órgão que deveria realizar o planejamento territorial, a Seplan (Secretaria de Planejamento), sempre se limitou a fazer o planejamento orçamentário, o que muito prejudica o desenvolvimento regional de nosso Estado”.

Adão Francisco explica que o planejamento orçamentário refere-se à elaboração, execução e monitoramento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, enquanto que o planejamento territorial considera estrategicamente o Estado a partir de suas características regionais, pensando e propondo projetos de crescimento econômico e de desenvolvimento social visando à superação das desigualdades através da geração de trabalho, emprego, renda e riquezas. Para tanto, é fundamental que haja um órgão específico na estrutura do Estado para sistematizar informações. “Nos Estados onde se planeja minimamente o território, há geralmente dentro da Seplan uma Superintendência de Estatísticas e Informações. Nos Estados mais avançados nessa área, há órgãos à parte, como o Instituto Mauro Borges, em Goiás, a Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais e o Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), no Paraná.

Para Adão Francisco, é inadmissível que os governos do Estado do Tocantins pensem o desenvolvimento somente a partir da economia e da presença do grande capital. “Isso é fazer perpetuar no Estado a pobreza”, argumento o professor, que leciona na UFT de Porto Nacional as disciplinas de Planejamento e Gestão do Espaço Urbano, na graduação em Geografia, e Educação, Território e Desenvolvimento Regional, no mestrado em Geografia. Para ele, o desenvolvimento regional acontece com a geração de trabalho, emprego e renda e para que isso aconteça não é necessariamente preciso que uma grande empresa se instale no lugar. Trabalho, emprego e renda podem e devem acontecer a partir de ações cooperativas orientadas e financiadas pelo Estado, de acordo com as potencialidades locais e regionais.

No seu entendimento, o Estado, através desse órgão de planejamento territorial, precisa identificar quais são as atividades passíveis de serem exploradas mediante Arranjos Produtivos Locais. Mas o Estado, adverte Adão Francisco, precisa estar presente em todo o processo desses arranjos nos anos iniciais, desde a orientação de qual seria a atividade a ser explorada, passando pelo financiamento, pela assistência técnica e pela mediação mercantil, apresentando os produtos gerados aos mercados consumidores externos. “No Tocantins, o Turismo é a primeira dessas atividades, pois em todas as regiões do Estado há atrações turísticas de impacto, desde as praias até os sítios arqueológicos, passando pelas cidades históricas e pelas tradições das comunidades indígenas e quilombolas. Mas tem ainda a produção artesanal, a mineração, o pescado e seu tratamento industrial, o gado e o ovelhum e a produção de seus derivados: carne, leite, couro e etc.”.

Para garantir que no Tocantins e nos demais Estados da federação haja de fato esse planejamento territorial, o professor Adão Francisco propõe a elaboração de um projeto de lei que obrigue-os a criar esse órgão, mesmo que vinculado à Secretaria de Planejamento, mediante a obediência de um conjunto de critérios a serem definidos. “O nosso povo precisa ter oportunidades de trabalho no seu local de nascimento e moradia. Ele precisa ver o desenvolvimento acontecer na sua cidade e na sua região e sentir orgulho de pertencer àquela terra”, completa o professor.

19

PALMAS 30 ANOS

Entrevista especial com o professor
Adão Francisco de Oliveira



*Entrevista concedida à jornalista
Joana Pinto de Castro e publicada no
O Jornal no dia 19/05/2019.*

C&A Alfa

Nesta segunda-feira, 20 de maio, Palmas, a mais jovem capital de estado brasileiro, completa 30 anos de existência. Convidamos o professor Adão Francisco de Oliveira para avaliar o significado dessa ocasião. Formado em História, com mestrado em Sociologia e doutorado em Geografia, o professor Adão Francisco estudou toda a sua formação superior na UFG em Goiânia. Especializou-se no tema dos arranjos políticos em cidades-metrópoles, tendo focado por 15 anos no planejamento urbano de Goiânia. No Tocantins e, mais especificamente, em Palmas há 11 anos, mudou os seus estudos para a dinâmica regional, buscando compreender o papel das cidades médias e pequenas no desenvolvimento regional.

Conversamos com o professor Adão Francisco sobre qual é o papel de Palmas no desenvolvimento regional do Tocantins, qual é o saldo de seus 30 anos de existência e quais são as suas perspectivas para o futuro. As suas respostas têm sempre o cuidado de articular o maior número de elementos possíveis, lançando uma visão holística sobre a formação e a reprodução cotidiana da cidade, entendida por ele como um “fenômeno”. Indagado sobre qual de suas formações acadêmicas influencia mais na leitura sobre a cidade, Adão Francisco nos respondeu que todas, que a sua leitura é a leitura das Ciências Humanas e que a História, a Sociologia e a Geografia lhe emprestam recursos teóricos e metodológicos para a sua análise, que ele julga ser “engajada”, uma vez que ele tem sempre a pretensão de que os seus

estudos possam ser utilizados por gestores públicos e agentes sociais na formulação e deliberação de políticas públicas. Vejamos então qual é a sua compreensão sobre a cidade de Palmas.

Desenvolvimento regional

Qual é a importância de Palmas no contexto regional do Tocantins e do Norte brasileiro?

A cidade de Palmas faz parte de uma estratégia política e econômica nacional de povoamento, estruturação e consolidação da ocupação do *oeste brasileiro*, que compreende todo o Centro-Norte-Amazônico do país. Ela é uma das mais importantes peças do contexto histórico nacional compreendido como o da “integração nacional”, iniciado em 1960 e com incidência até os dias de hoje. Nesse contexto, várias políticas de desenvolvimento regional visando a integração do Centro-Norte à dinâmica de mercado dirigida pelo centro-sul, sob o comando de São Paulo, foram criadas e implementadas.

Desde a criação da Sudene, em 1959, passando pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III dos governos militares, até a Política Nacional de Desenvolvimento Regional do primeiro governo de Lula, inúmeras políticas se articularam para garantir que o mercado nacional fosse abastecido de alimentos, que o povoamento do Centro-Norte favorecesse a segurança nacional das fronteiras, que o estímulo à migração para esta região de fronteira reduzisse as tensões sociais nas grandes cidades e metrópoles do Nordeste e do Centro-Sul e, a partir dos anos de 1970, que a soja e outros produtos de agroexportação alimentassem o mercado internacional.

Acontece que o ponto nodal da integração territorial é a cidade, que serve como entreposto comercial e administrativo, centralizando e distribuindo as produções e dando suporte para as políticas de avanço da fronteira. Palmas surge nesta perspectiva, logo após a criação do Estado do Tocantins. Portanto, para além de sua importância transcender o âmbito regional, a sua estratégia também é de interesse nacional.

Enquanto capital do Estado, Palmas centraliza o comando de toda a produção agroexportadora do Tocantins?

Não mesmo. Para isso, ela teria que contar com serviços de telecomunicações, infraestruturas viárias e portuárias e sistema de inovação, ciência e tecnologia mais sofisticados e restritos no espaço. Além, é claro, de uma base industrial relacionada com as atividades produtivas difusas pelo estado. O que Palmas tem nesse sentido, se replica em certo sentido no sul do estado, na cidade de Gurupi, e no norte, na cidade de Araguaína. Ademais, nas cidades onde há a intensificação da produção agroexportadora, com destaque para a soja, há também a reprodução técnica e tecnológica básica para dar suporte a esta atividade.

O que Palmas centraliza é o comando político do estado, por ser a sua capital e alojar os órgãos que dirigem as políticas públicas estaduais. Ela é, essencialmente, uma capital administrativa, o que fica comprovado quando verificamos o seu PIB, em que os serviços despontam com principal ramo de atividade, com destaque para os serviços públicos de Educação e de Administração. Porém, essas atividades desenvolvidas em Palmas são vitais para todo o sistema produtivo estadual, pois distribui no território infraestrutura material e social indispensáveis à sua reprodução. Isso faz da capital referência.

Desenvolvimento urbano

O que chama a atenção no desenvolvimento urbano de Palmas nesses 30 anos de sua existência?

Palmas é uma cidade paradigmática. Ela apresenta uma boa condição ecológica e estética, com boa preservação e manutenção de seus parques, jardins e corredores ecológicos; um trânsito ordenado, com destaque para a funcionalidade rotatórias; e bons serviços públicos, especialmente de Educação. Mas há transgressões também, com destaque para a ocupação do espaço urbano, haja vista que o planejamento inicial da cidade instituiu o adensamento do

“plano diretor” como espaço prioritário de ocupação até a quantia de 1 milhão de habitantes.

Porém, desde o primeiro momento de construção da cidade, esse planejamento foi quebrado pela própria ação do estado, ao inibir os pobres que chegavam para a sua construção de ocupar porções territoriais no plano diretor. Essa “segregação planejada” dividiu a cidade física, social e economicamente, instituindo como espaço de referência o “plano diretor” e como espaço segregado a região do Taquaralto e dos Aurenis.

Por falar em “plano diretor” como porção da cidade, como fica o Plano Diretor como lei que ordena a cidade?

Ao falarmos em “plano diretor” como espaço referencial da cidade, não podemos deixar de falar do Plano Diretor enquanto lei que regulamenta a sua política urbana. A lei aprovada em 2006, ainda na gestão de Raul Filho, possui dois pontos fundamentais de destaque. O primeiro se refere à redução do perímetro urbano da cidade e a sua restituição à zona rural, numa ação que visou inibir a especulação imobiliária, racionalizar os serviços públicos e gerar amenidades ao espaço urbano.

A segunda se refere à instituição do IPTU Progressivo como instrumento fundamental de garantia da função social da propriedade, que foi posteriormente regulamentado por lei específica visando inibir a especulação imobiliária. Nas gestões do prefeito Amastha alguns proprietários de lotes em áreas valorizadas da cidade chegaram até a ser citados, tendo se iniciado a contagem do tempo para a aplicação das penalidades previstas no instituto do IPTU Progressivo, coisa rara na maioria absoluta das capitais de estados do país.

Porém, na revisão dessa lei finalizada no ano de 2018 esses aspectos positivos quase que se dissipam por completo, ora pela clara supressão de instrumentos, ora pela instituição de pontos contraditórios, que fatalmente no momento oportuno de sua regulamentação, suprimirá os aspectos positivos. O novo Plano Diretor parece atender muito mais às corporações que atuam na cidade do que à sua população, de um modo geral.

Gestão urbana

Ao abordar gestões diferentes da cidade, qual seria aquela que o senhor destacaria?

É difícil responder a essa pergunta sem cometer qualquer sorte de injustiça. Porém, eu me arrisco a falar daquelas que tenho mais elementos para avaliar. Apesar de eu não ter conhecido Palmas durante a gestão de Nilmar Ruiz, não posso ignorar em hipótese alguma que ela foi a prefeita a valorizar a CULTURA em nossa cidade e, por decorrência, a estimular o turismo, especialmente na temporada de praias, no carnaval e na micareta. Já nas gestões de Raul Filho é notório o destaque à Educação e à Saúde, com avanços significativos no planejamento urbano e na sua regulamentação. Com Amastha, tudo isso continua e se acrescenta a estetização da cidade, com o ajardinamento das rotatórias e a urbanização dos parques.

O senhor acredita que já exista algum legado nessa curta gestão de Cinthia Ribeiro?

Infelizmente não. O tempo é curto e a sua gestão é continuação da segunda de Amastha. Sem sombra de dúvida, a prefeita Cinthia tem uma vontade enorme de acertar, mas infelizmente eu creio que ele esteja se equivocando em alguns aspectos.

Em que o senhor acha que a prefeita Cinthia Ribeiro estaria se equivocando?

Destacarei duas situações. A primeira é a interrupção de políticas que estavam dando certo. No desejo de imprimir uma marca própria, a gestão da prefeita reviu arranjos da Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, que garantiam o bom funcionamento do órgão com lisura e com incorporação de inovações oriundas do meio acadêmico. O SUS estava redondo e, de repente, o sistema deixou de funcionar bem. Eu mesmo sou um exemplo disso. Aguardo há exatamente 1 ano uma cirurgia de baixa complexidade que é realizada pela rede municipal de Saúde. Depois de todos os procedimentos pré-operatórios, eu já

espero há 5 meses pela oportunidade de uma cirurgia em que após o seu término eu saio andando do ambulatório. Com a interrupção dos arranjos, não há pessoal médico suficiente e nem de gestão do sistema para torná-lo eficiente.

A segunda se refere à preocupação evidente em dar respostas numa rede social específica: o tweeter. Infelizmente, ninguém agrada a todo mundo e por mais que a prefeita se esforce, ela nunca terá o reconhecimento pleno. Há sempre aqueles que a questionarão e à sua gestão, colocando sob suspeição as melhores políticas que ela possa desenvolver. Responder pessoalmente a essas situações em rede social é um gasto de energia que poderia ser canalizada para as respostas que a cidade necessita nesse momento.

Compreendo que a prefeita encontra-se sob grande pressão: ela, que não foi eleita diretamente pelo voto popular, tem a responsabilidade de continuar o que foi bom do seu antecessor, imprimir a sua própria marca e se preparar para concorrer competitivamente nas eleições do ano que vem, haja vista que ela tem a prerrogativa da reeleição. A gestão atual tem cumprido uma boa agenda de Segurança Pública, corrigindo processos e ordenando concurso para a contratação de pessoal, deu sequência às ações desenvolvidas na Educação e se fortaleceu bastante no fomento aos eventos culturais.

Compreendo também que ela iniciou um interessante processo de distinção, ao escolher criar um secretariado hegemonicamente feminino. Este fato, por si só, não passa de recurso midiático. O que nele daria destaque para a gestão de Cinthia Ribeiro seria, para além dos acertos gerais, uma política também focada na mulher, desde a geração de emprego e renda para aquelas que são arrimo de família, até o combate à violência contra a mulher, criando espaços físicos e programas em associação com outros poderes públicos e com organizações da sociedade civil. Mas isso não aconteceu...

Visão de futuro

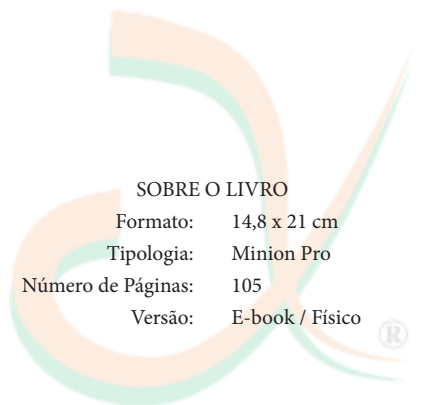
Na sua opinião, qual é o saldo geral desses 30 anos de existência da cidade?

Apesar dos desacertos, quase todos intencionais não só pela ação direta dos agentes públicos, como pela cobiça dos agentes privados, Palmas tem cumprido bem o seu papel. Ela irradia políticas públicas para todo o território estadual, centraliza a questão ambiental quando reflete sobre o seu crescimento e se prima em oferecer o melhor serviço público para os seus cidadãos. Nada disso é bondade dos gestores públicos. Isso tudo é fruto da pactuação política do povo com seus representantes institucionais, de sua pressão e de sua vigilância.

Porém, para além do Plano Diretor em vigor desde o ano passado, é preciso se pensar agora num novo plano de desenvolvimento tridécenal, com o olhar em 2050. Planejar o território, nesse caso o urbano de Palmas, com vistas na sua vocação de comando regional, é fundamental para que o seu desenvolvimento futuro seja mais sustentável, inclusivo, participativo e dinâmico. Isso, associado à coragem institucional e à criatividade de gestão permitiria à nossa jovem capital assumir o comando da nossa incipiente rede urbana, dando as condições básicas para a consolidação do processo de desenvolvimento do Tocantins.



C&A Alfa



SOBRE O LIVRO

Formato: 14,8 x 21 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 105
Versão: E-book / Físico

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO AUTOR.



C&A ALFA COMUNICAÇÃO
Rua Coronel Anacleto, nº 1298 – Setor Pai Eterno
CEP 75.388-235 – Trindade/GO
editoraalfacomunicacao@gmail.com

